



**MUNICIPIO DE PORTO DE MÓS
CÂMARA MUNICIPAL**

PRESTAÇÃO DE CONTAS
2006

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

Índice

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. ENQUADRAMENTO LEGAL	1
1.1 Normas Legais Aplicáveis	1
2. O MUNICIPIO DE PORTO DE MÓS	1
2.1 Vila, Sede de Concelho	1
2.2 Identificação	1
2.3 Legislação	1
2.4 Situação Geográfica, População e Constituição	1
2.5 História - Pequeno Resumo	2
2.6 Economia - Resumo das Principais Actividades	2
2.7- Estrutura Organizacional	3
2.7.1 - Estrutura dos Serviços da Câmara Municipal	3
2.7.2 - Descrição Sumária das Actividades	6
2.7.3 - Órgão Executivo	7
2.7.4 - Organização Contabilística	7
3. INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2006	8
3.1 - O primeiro exercício económico de um mandato de quatro anos	8
4. OBJECTIVOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2006	9
5. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E DAS GOP'S PARA O ANO 2006	9
5.1- Controlo Orçamental, Modificações Orçamentais	9
5.2 - Exec.Genérica do Orç. da Receita e da Desp.do Ano de 2006 e a sua Evolução	10
5.3- Orçamento da Receita	11
5.3.1 - Estrutura e Evolução da Receita	11
5.3.2 - Receita Corrente do Ano 2006	12
5.3.3 - Receita de Capital do Ano 2006	13
5.3.4 - Evolução da Receita Obtida nos últimos três anos (2004,2005 e 2006)	15
5.4 - Orçamento de Despesa	16
5.4.1 - Evolução da Despesa Corrente	16
5.4.2 - Estrutura da Despesa Corrente	18
5.4.3 - Rubricas da Despesa com maior peso no conjunto da despesa corrente e respectivo comportamento no triénio de 2004/2006	18
5.4.4 - Estrutura da Despesa de Capital	19
5.4.5 - Evolução da Despesa de Capital nos últimos três anos (2004,2005,2006)	19
6. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS	20
7. EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO	21
7.1 - Grau de Execução das actividades Mais relevantes	21
7.2 - Grau de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	21
7.2.1 - Investimento por Habitante - Evolução no triénio em valor absoluto	22
7.3 - Resumo das Grandes Opções do Plano	23

8.	RECURSOS HUMANOS	24
8.1	- Evolução no Triénio de 2004/2006	24
8.2	- Despesas com o Pessoal - Evolução no Triénio de 2004/2006	24
8.3	- Absentismo	26
9.	INDICADORES GERAIS DA ACTIVIDADE	27
9.1	-Evolução dos Indicadores da Actividade no Triénio de 2004 / 2006	27
10.	ANALISE DA SITUAÇÃO ECONOMICA E FINANCEIRA	29
10.1	- Balanço e Demonstração de Resultados	29
10.2	- Indicadores Económicos e Financeiros	30
10.3	- Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados	31
10.3.1	- Notas de acordo com o Ponto 8.2 do POCAL	31
11.	ANÁLISE DA DÍVIDA	36
11.1	Análise da Dívida de Curto, Médio e Longo prazo	36
11.1.1	- Evolução da Dívida de Curto Prazo de Terceiros no Triénio de 2004/2006	36
11.1.2	- Estrutura e Evolução da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo a Terceiros no Triénio 2004 / 2006	36
11.1.2.1	- Estrutura da Dívida	36
11.1.2.2	- Evolução da Dívida no Triénio 2004/2006	37
12.	LIMITE DO ENDIVIDAMENTO	38
13.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	38
13.1	Proposta de Aplicação dos Resultados do Exercício de 2006	38
14.	MAPAS ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2006	39

1 – Enquadramento Legal

1.1 – Normas Legais Aplicáveis

Nos termos do disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 68º e alínea e) do nº 2 do artigo 64º, ambos da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os documentos de Prestação de Contas bem como o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respectiva avaliação referente ao ano 2006, são aprovados pelos Membros do Executivo Municipal, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com a alínea c) do nº 2 do Artigo 53º da referida Lei.

Em cumprimento com o regulamentado no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), o Executivo Municipal apresenta o Relatório de Gestão referente ao ano financeiro de 2006, que constitui um documento de prestação de contas, conforme ponto 13 de POCAL.

O Relatório de Gestão é um documento de prestação de contas que traduz de forma sucinta a execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano no ano financeiro de 2006.

2 – O Município de Porto de Mós

2.1 – Vila, sede de Concelho

Porto de Mós constitui sede de um Município com o mesmo nome.

2.2 – Identificação

O Município de Porto de Mós tem sede na Praça da República, 2480-851 Porto de Mós, contribuinte fiscal nº 505586401, telefone nº 244 499600 e fax nº 244 499601. Esta entidade visa através dos seus órgãos representativos (Executivo e Deliberativo), a prossecução de interesse próprios, comuns e específicos das populações do Concelho de Porto de Mós.

2.3 – Legislação

O Município rege-se pelas normas gerais e comuns aos restantes municípios que lhe confere as atribuições previstas na Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, consubstanciada pelas competências estabelecidas na Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

2.4 – Situação geográfica, população e constituição

Pertence ao distrito de Leiria, está inserido na zona geográfica designada por “Pinhal Litoral”, abrangendo um vasto território com uma área de 264,26 km². Tem uma população de 24.271 habitantes (censos de 2001), distribuída por treze freguesias – Alqueidão da Serra, Alcaria, Alvados, Arrimal, Calvaria de Cima, Juncal, Mendiga, Mira de Aire, Pedreiras, Serro Ventoso, São Bento, São João, São Pedro.

2.5 – História (pequeno resumo)

Portus Molarum (porto das mós) parece ser o fundamento toponímico desta vila cuja origem é bastante remota, de acordo com os achados arqueológicos que atestam, por exemplo, a presença do povo romano por estas terras, constituindo-se o troço da Estrada Romana do Alqueidão da Serra como um itinerário obrigatório a percorrer, ilustrativo deste legado.

A “...vila forte...”, como Camões a designa na estância 16 do canto VIII d’ “Os Lusíadas”, está intrinsecamente associada à figura lendária de D. Fuaş Roupinho, alcaide-mor do castelo desta terra. Fortaleza rara do género, em virtude dos seus cinco torreões, o castelo de Porto de Mós, cuja construção se prevê ser do século XII, evidencia uma arquitectura militar, de inspiração gótica e renascentista, mais tarde adaptada a paço senhorial.

Do património edificado é de destacar, ainda, as muitas igrejas e capelas que proliferam por todo o concelho, com destaque para a capela de São Jorge, do século XIV, mandada edificar por D. Nuno Álvares Pereira, como símbolo da batalha entre portugueses e castelhanos, a Igreja do Juncal, do século XVIII, ornada de painéis de azulejos fabricados na Real Fábrica de Cerâmica do Juncal, a frontaria da antiga Igreja da Misericórdia, do século XVI, a actual Igreja de São Pedro, antigo Convento do Bom Jesus, do século XVII, e a Igreja de São João que, apesar das várias intervenções, conserva um portal românico digno de nota.

Porto de Mós tem ainda a peculiaridade de aliar o património histórico ao património rural e natural. A sua localização geográfica, em pleno Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, conhecido pelas suas características geológicas, onde falhas, escarpas, afloramentos rochosos e grutas constroem uma paisagem agreste única, constitui um convite à descoberta, associando o turismo de natureza à prática de desportos ao ar livre.

2.6 – Economia (resumo das principais actividades)

2.6.1 – Indústria

Porto de Mós tem uma actividade industrial significativa e muito diversificada. Assume especial relevância a indústria extractiva da pedra e a sua transformação, mas outras indústrias com expressão significativa existem no Concelho, como a do fabrico da telha e outros produtos em barro vermelho, a construção civil, os têxteis e a metalomecânica. A indústria dos moldes, dos plásticos e outros de produtos sintéticos também marcam presença no Concelho e assumem uma importância especial pela sua forte componente tecnológica e carácter inovador.

A agricultura e a pecuária, não têm hoje o fulgor de outros tempos, mas são ainda actividades com uma expressão significativa em algumas zonas do Concelho. A produção de maçã e a suinicultura / bovinicultura são exemplos da tradição que se mantém.

2.6.2 – Comércio

O sector da distribuição e do pequeno comércio tradicional regista hoje dificuldades de vária ordem.

No âmbito do chamado comércio moderno, existem algumas superfícies comerciais de média dimensão no Concelho e estão outras em fase de abertura e de construção. Existe ainda uma unidade comercial de grande dimensão em fase de licenciamento das suas instalações na área do Concelho.

2.6.3 – Turismo

O Município de Porto de Mós, possui um vasto património histórico, natural e paisagístico. A par desta riqueza herdada do passado, tem sido preocupação deste Executivo Municipal preservar o património diversificado instalado e potenciar, na medida do possível, todas as condições locais apoiando as infra-estruturas existentes e encorajando novos investimentos na área.

Porto de Mós situa-se junto de um dos principais eixos do turismo religioso e monumental. Esta posição geográfica aliada ao facto de possuir no seu território um Parque Natural, leva a região a beneficiar de sinergias geradoras de mais valias neste sector de actividade e a fundamentar expectativas animadoras quanto ao futuro desta indústria na área do Município.

2.7 – Estrutura Organizacional

2.7.1 - Estrutura dos Serviços da Câmara Municipal

A estrutura organizacional actual da Câmara Municipal de Porto de Mós foi aprovada pela Assembleia Municipal em Sessão Ordinária realizada a 30 de Abril de 2004.

Organograma

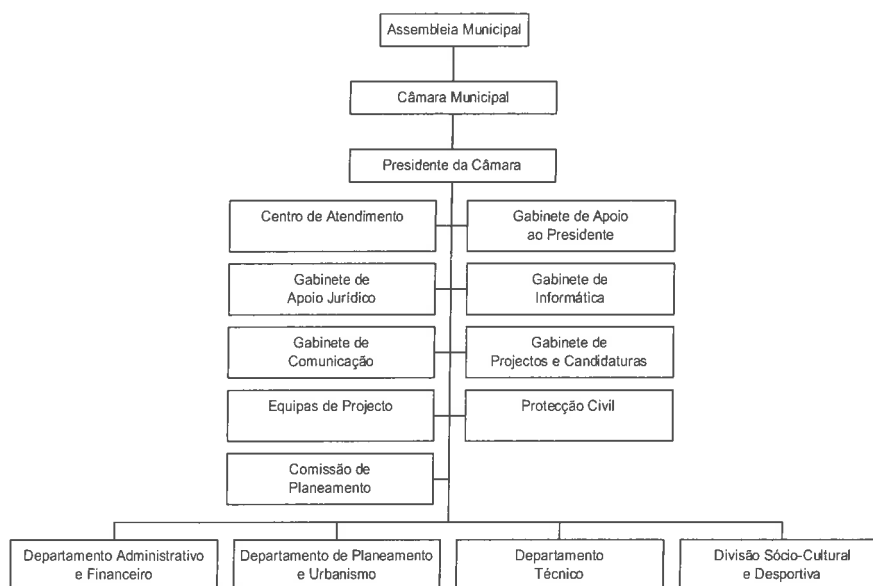


Imagem 1: Organograma Geral da Câmara Municipal de Porto de Mós

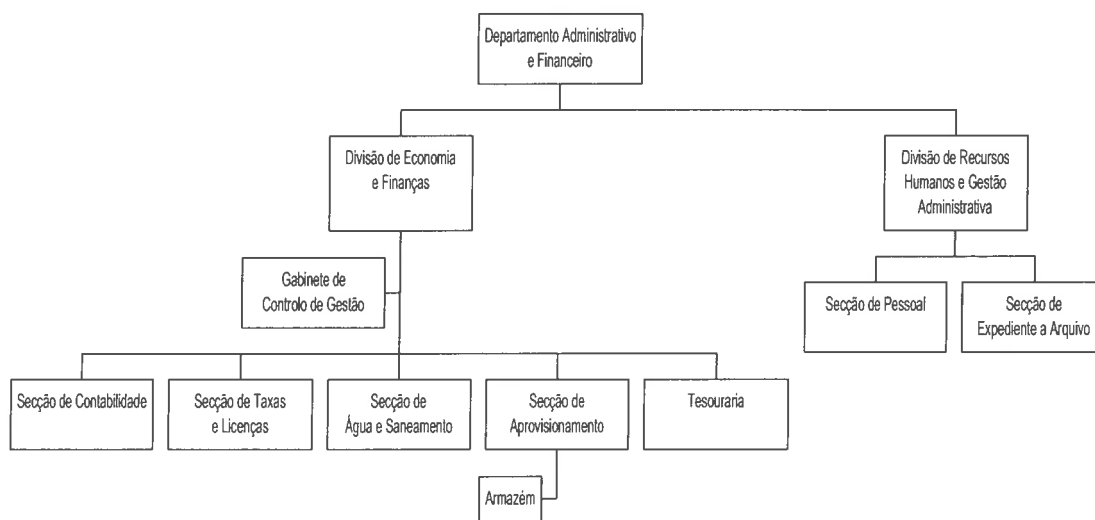


Imagem 2: Organograma do Departamento Administrativo e Financeiro

Município de Porto de Mós

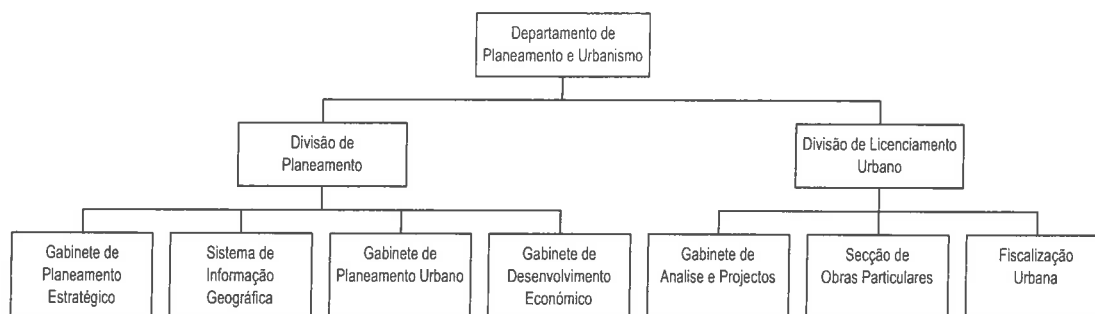


Imagem 3: Organograma do Departamento de Planeamento e Urbanismo

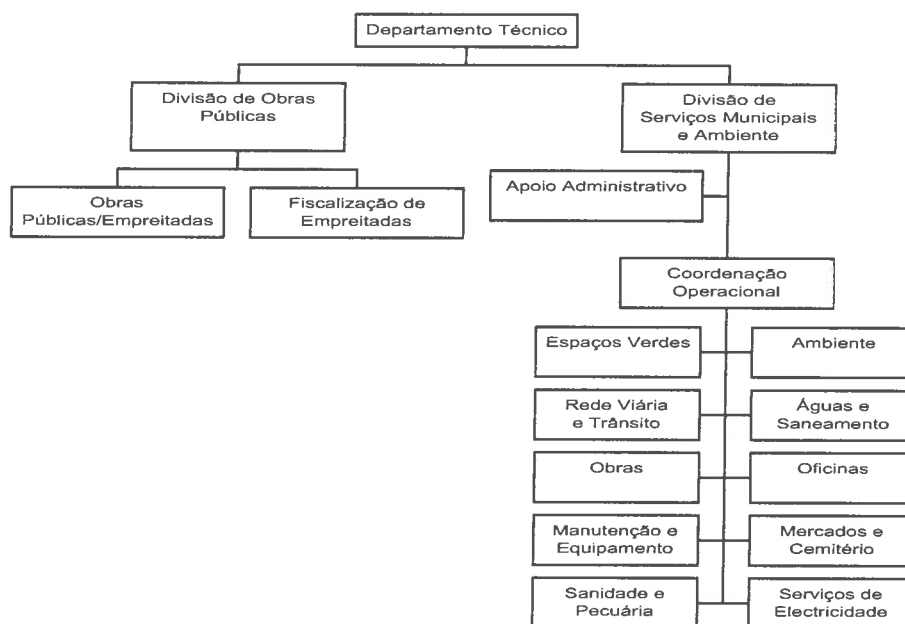


Imagem 4: Organograma do Departamento Técnico

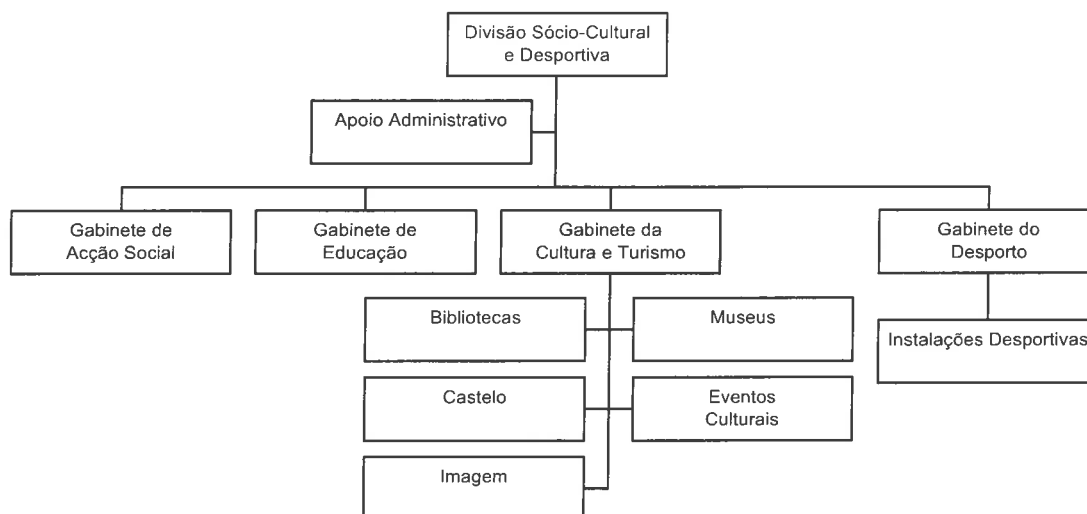


Imagem 5: Organograma da Divisão Sócio-Cultural e Desportiva

2.7.2 - Descrição Sumária das Actividades

É atribuição dos Municípios e nos termos do artigo 13º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, o desenvolvimento de actividades que estão associadas à satisfação das necessidades das populações nos seguintes domínios:

- Equipamento Rural e Urbano;
- Energia;
- Transportes e Comunicações;
- Educação;
- Património, cultura e ciência;
- Tempos Livres e Desporto;
- Saúde;
- Acção Social;
- Habitação;
- Protecção Civil;
- Ambiente e Saneamento Básico;
- Defesa do Consumidor;
- Promoção do Desenvolvimento;
- Ordenamento do Território e Urbanismo;
- Polícia Municipal;
- Cooperação Externa.

A capacidade de intervenção dos Municípios no desenvolvimento apoia-se nas competências atrás referidas e nos meios financeiros definidos e consagrados na Lei nº 42/98, de 6 de Agosto – Lei das Finanças Locais, actualmente revogada pela Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro.

2.7.3 – Órgão Executivo

No período compreendido entre 01/01/2006 a 31/12/2006 o Órgão Executivo foi composto por:

- Presidente – João Salgueiro;
- Vereador a Meio Tempo – Albino Pereira Januário;
- Vereador a Tempo Inteiro – Rui Augusto Marques da Silva Pereira Neves;
- Vereador a Tempo Inteiro – Jorge Manuel Vieira Cardoso;
- Vereador – António José Jesus Ferreira;
- Vereador – Irene Maria Cordeiro Pereira;
- Vereador – João José Conceição Almeida.

2.7.4. – Organização Contabilística

O regime contabilístico adoptado é o do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL.

Nesta Autarquia Local o sistema informático adoptado é o SCA – Sistema de Contabilidade Autárquica. É uma aplicação informática que possibilita o processamento do POCAL, em respeito pelo disposto no Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro e foi fornecido pela AIRC (Associação Informática do Centro) e integra designadamente:

- Contabilidade Orçamental e Patrimonial;
- Permite o controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, concretamente o acompanhamento da execução orçamental numa perspectiva de caixa e de compromissos.
- Cumpre, a nível dos documentos previsionais, os princípios orçamentais e a disponibilização de informação sobre a situação patrimonial da Autarquia Local.

3 – Introdução ao Relatório de Gestão de 2006

3.1 – O primeiro exercício económico de um mandato de quatro anos

O presente Executivo Municipal iniciou funções em 02 de Novembro de 2005. O exercício económico de 2006 surgiu, assim, como o primeiro ano de um mandato de quatro, no qual este Executivo procura dar cumprimento ao programa eleitoral sufragado pela maioria dos Municípios.

Do referido programa de actuação estratégica, implementado no referido período, ressaltam, pela sua importância e alcance, cinco grandes linhas de orientação bem definidas, por serem de fundamental importância para o Concelho, com vista ao seu desenvolvimento equilibrado e sustentado. Atingir este objectivo de forma consolidada, implica, necessariamente, que haja:

- Controlo orçamental e redução da despesa corrente;
- Equilíbrio financeiro nas contas da Câmara Municipal;
- Aumento da qualidade e do montante do investimento no Concelho;
- Redução da dívida de curto prazo;
- Racionalização dos custos.

Essas grandes orientações estratégicas foram objecto de forte preocupação deste Executivo em 2006 e sê-lo-ão nos anos futuros. A implementação de tais medidas não é obra de um só ano. É um processo lento e contínuo para que os seus resultados apareçam de forma consolidada no futuro. A obtenção de resultados duradouros nestes domínios reveste-se de um elevado grau de dificuldade, tendo em conta a natureza das medidas e a situação real encontrada no Município.

As páginas seguintes do Relatório da Gestão de 2006 mostram em que medida os objectivos foram alcançados, considerando que este foi apenas o primeiro passo de um caminho que é necessário continuar a trilhar. Em consequência disso, os resultados apresentados neste documento, espelham muito do que foi feito neste exercício e contêm a trajectória que é preciso seguir nos próximos anos em Porto de Mós.

Os exercícios económicos futuros serão assim, estamos certos disso, fortemente influenciados por muitas das acções levadas a cabo em 2006. Os resultados de qualquer modelo de gestão estão sempre diluídos no tempo e boa parte deles têm o seu verdadeiro impacto em limites temporais que vão muito para além de um ano.

1 - Objectivos do Relatório de Gestão do ano de 2006

O presente relatório, tem por objectivo:

- Apresentar a situação económica relativa ao exercício analisando os níveis de execução conseguidos nos domínios das receitas e das despesas, bem como a evolução da gestão nos diversos sectores de actividade, designadamente no que diz respeito ao investimento;
- Analisar a situação financeira da Autarquia Local com a apresentação de indicadores de gestão apropriados;
- Analisar a evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de e a terceiros nos últimos três anos;
- Apresentar uma proposta para a aplicação do resultado líquido do exercício;

5 – Análise da Execução Orçamental e das Grandes Opções do Plano do ano de 2006

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano do ano 2006 obtiveram aprovação da Câmara Municipal em 12/12/2005 e da Assembleia Municipal em 23/12/2005.

5.1 – Controlo Orçamental, Modificações Orçamentais

Durante o ano 2006 efectuaram-se 10 Modificações Orçamentais. As Modificações Orçamentais são constituídas por alterações e revisões. No exercício de 2006 verificaram-se 8 alterações e 2 revisões orçamentais.

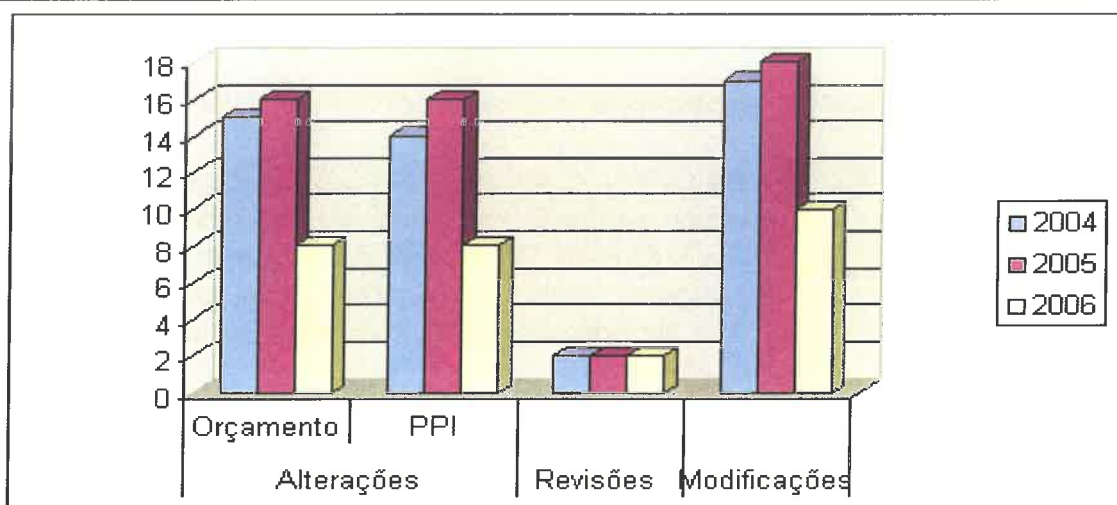
As alterações efectuadas destinaram-se ao reforço de dotações das Gop's e do Orçamento de despesa.

Das revisões efectuadas a 1ª destinou-se à inclusão do Saldo da Gerência Anterior de 2005, a inclusão do projecto “Remodelação do Antigo Matadouro” e abertura da rubrica “Artigos e Objectos de Valor”. A 2ª revisão foi motivada pela necessidade de incluir o novo projecto da obra “Requalificação e Arrelvamento Sintético do Campo de Futebol de Porto de Mós”.

O quadro e gráfico seguintes revelam a evolução das modificações orçamentais

Evolução das Modificações ao Orçamento e PPI

Anos	Alterações		Revisões	Modificações
	Orçamento	PPI		
2004	15	14	2	17
2005	16	16	2	18
2006	8	8	2	10



A acentuada redução verificada no número de modificações orçamentais, face aos exercícios anteriores, revela um forte controlo sobre o orçamento inicialmente aprovado pela Assembleia Municipal e reveste-se de grande importância pela racionalização e disciplina na utilização das verbas previstas. O Executivo empenhou-se nesse esforço, embora sabendo que um orçamento está hoje sujeito a várias alterações no contexto de uma gestão moderna e dinâmica.

5.2 – Execução Genérica do Orçamento da Receita e da Despesa do Ano 2006 e a sua Evolução

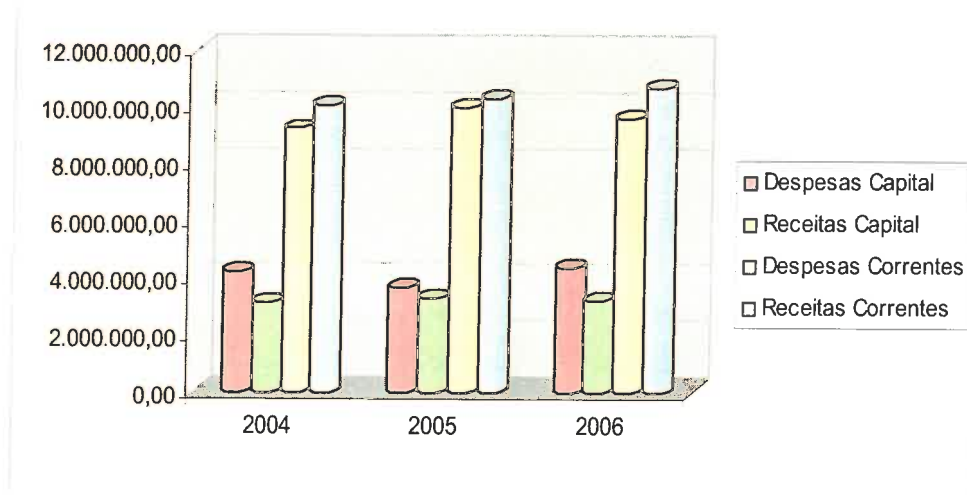
A comparação entre o Orçamento Inicial, Final e Executado, permite aferir a capacidade da sua execução.

O quadro seguinte revela os desvios e as taxas de execução do orçamento em 2006.

2006					
Designação	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução (Receita arrecadada e Despesa paga)	Desvio Executado - Final	Taxa Execução
Receita					
Corrente	11.998.958,00	11.998.958,00	10.692.467,25	- 1.306.490,75	89,11%
Capital	5.769.416,00	5.768.416,00	3.210.923,21	- 2.557.492,79	55,66%
Outras Receitas	-	85.369,20	85.383,16	13,96	100,02
Total	17.768.374,00	17.852.743,20	13.988.773,62	- 3.863.969,58	78,36%
Despesa					
Corrente	10.921.603,00	11.652.934,90	9.621.212,51	-2.031.722,39	82,56%
Capital	6.846.771,00	6.199.808,30	4.350.918,17	-1.848.890,13	70,18%
Total	17.768.374,00	17.852.743,20	13.972.130,68	-3.880.612,52	78,26%

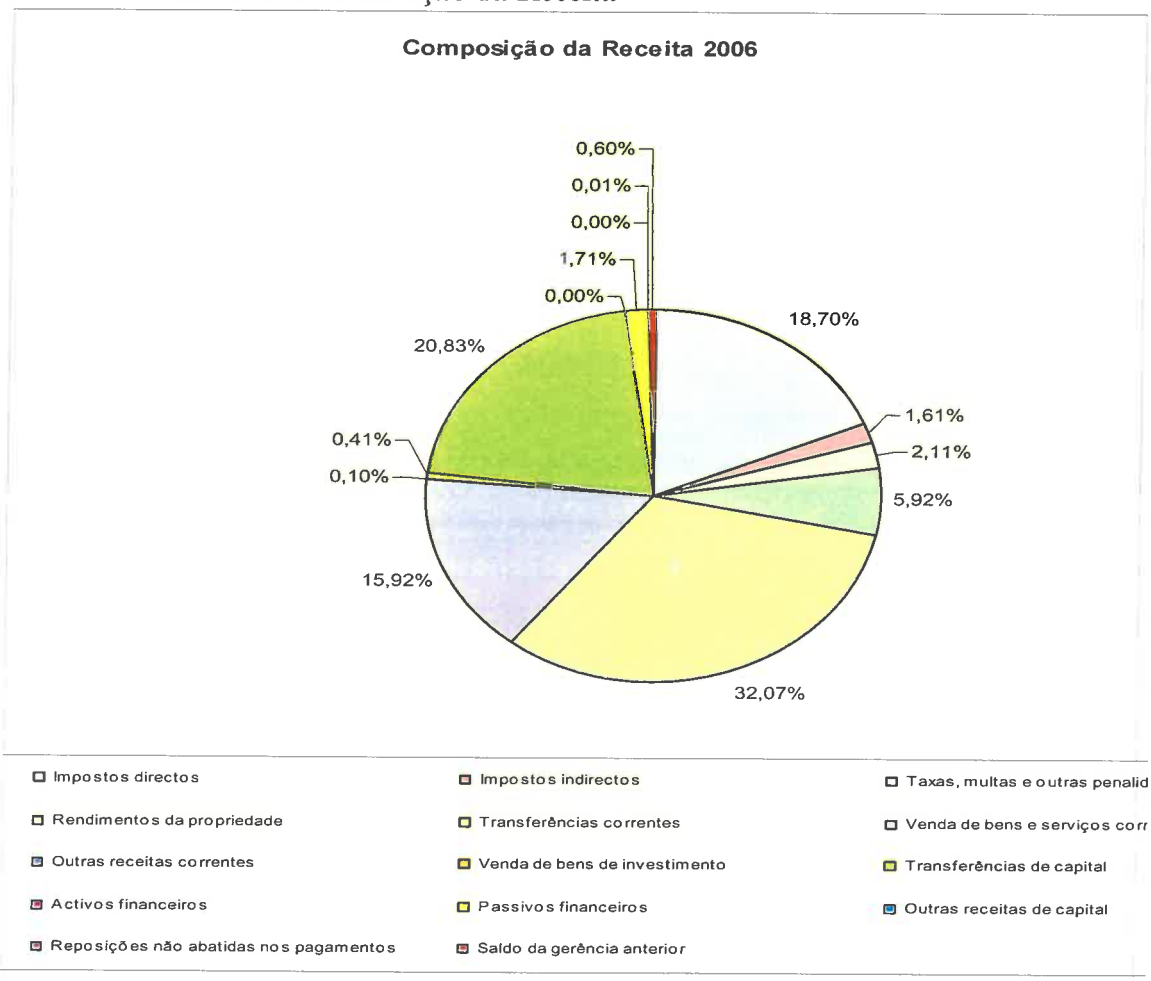
O gráfico a seguir ilustra a evolução da execução orçamental no triénio de 2004 / 2006. O aumento do grau de execução, face a anos precedentes, é bem revelador da preocupação de rigor com que o Executivo elaborou o orçamento e racionalizou a utilização das verbas nele inscritas.

Receita vs Despesa

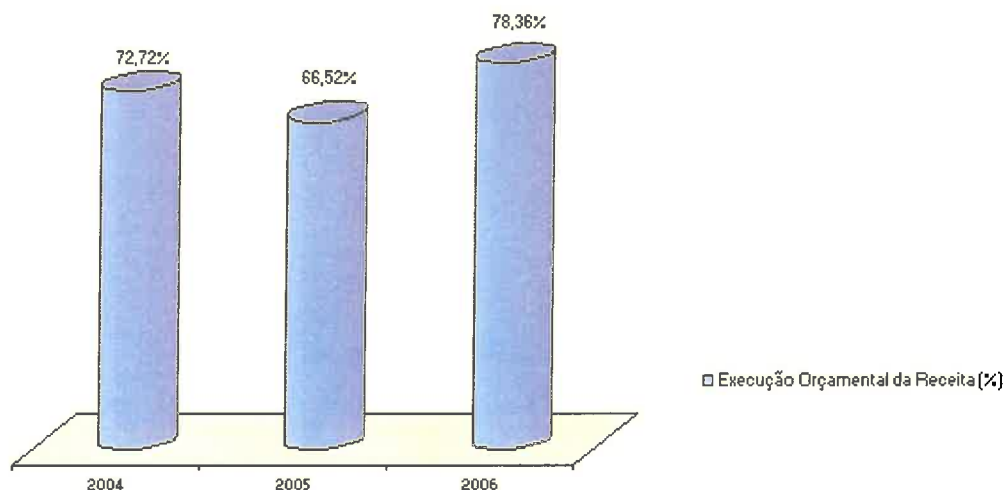


5.3 – Orçamento da Receita

5.3.1 – Estrutura e Execução da Receita



Execução Orçamental da Receita (%)



A estrutura e a execução da receita do ano 2006 encontram-se representadas no quadro abaixo.

Designação	Previsões Corrigidas	Receitas Cobr. Brutas	Desvio	Grau Exec. Receita (%)
Impostos directos	2.270.100,00 €	2.615.508,90 €	345.408,90 €	115,216%
Impostos indirectos	373.500,00 €	225.900,62 €	- 147.599,38 €	60,482%
Taxas, multas e outras penalidades	476.500,00 €	295.355,79 €	- 181.144,21 €	61,984%
Rendimentos da propriedade	838.740,00 €	828.065,46 €	- 10.674,54 €	98,727%
Transferências correntes	5.242.768,00 €	4.486.794,38 €	- 755.973,62 €	85,581%
Venda de bens e serviços correntes	2.781.700,00 €	2.226.868,03 €	- 554.831,97 €	80,054%
Outras receitas correntes	15.650,00 €	13.974,07 €	- 1.675,93 €	89,291%
Venda de bens de investimento	1.272.850,00 €	56.692,50 €	- 1.216.157,50 €	4,454%
Transferências de capital	4.143.994,00 €	2.914.323,71 €	- 1.229.670,29 €	70,326%
Passivos financeiros	351.472,00 €	239.907,00 €	- 111.565,00 €	68,258%
Reposições não abatidas nos pagamentos	1.000,00 €	1.013,96 €	13,96 €	101,396%
Saldo Orçamental	84.369,20 €	84.369,20 €	0,00 €	100,00%

Nota: Valor percentual calculado relativamente às Receitas Cobradas Brutas

5.3.2 – Receita Corrente do Ano de 2006

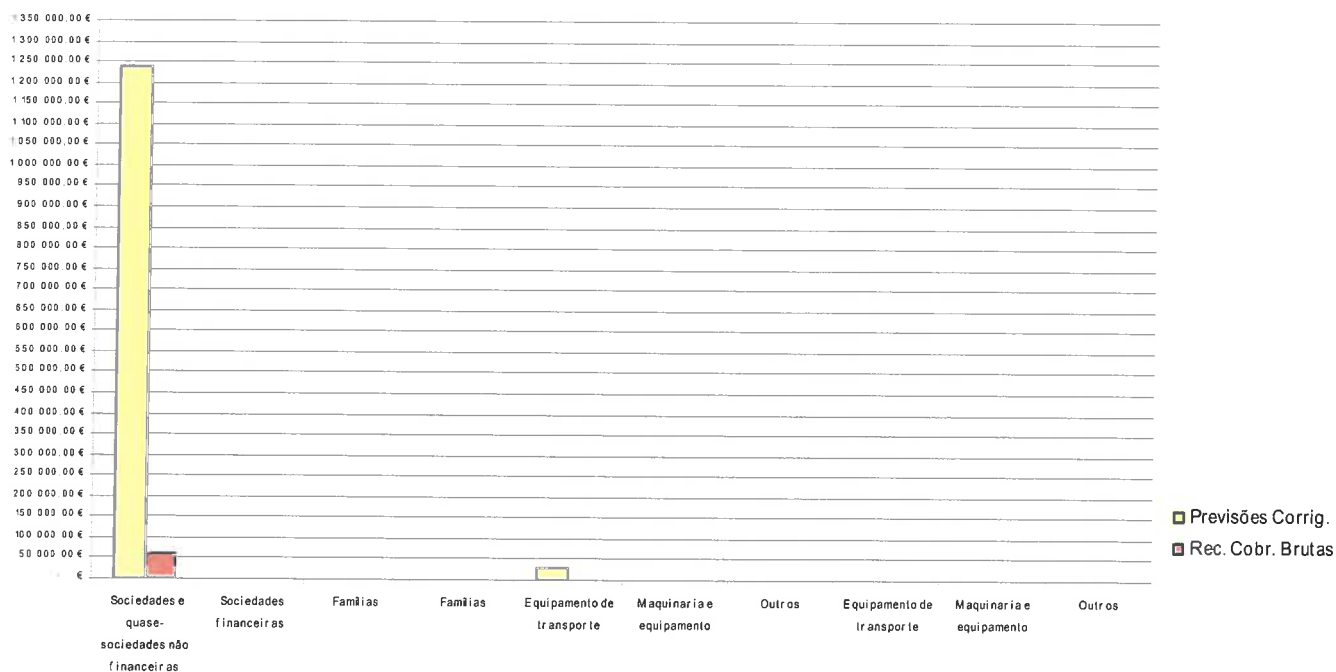
A percentagem de realização da receita corrente, face ao orçamento corrigido, foi de 89,11% (valor médio).

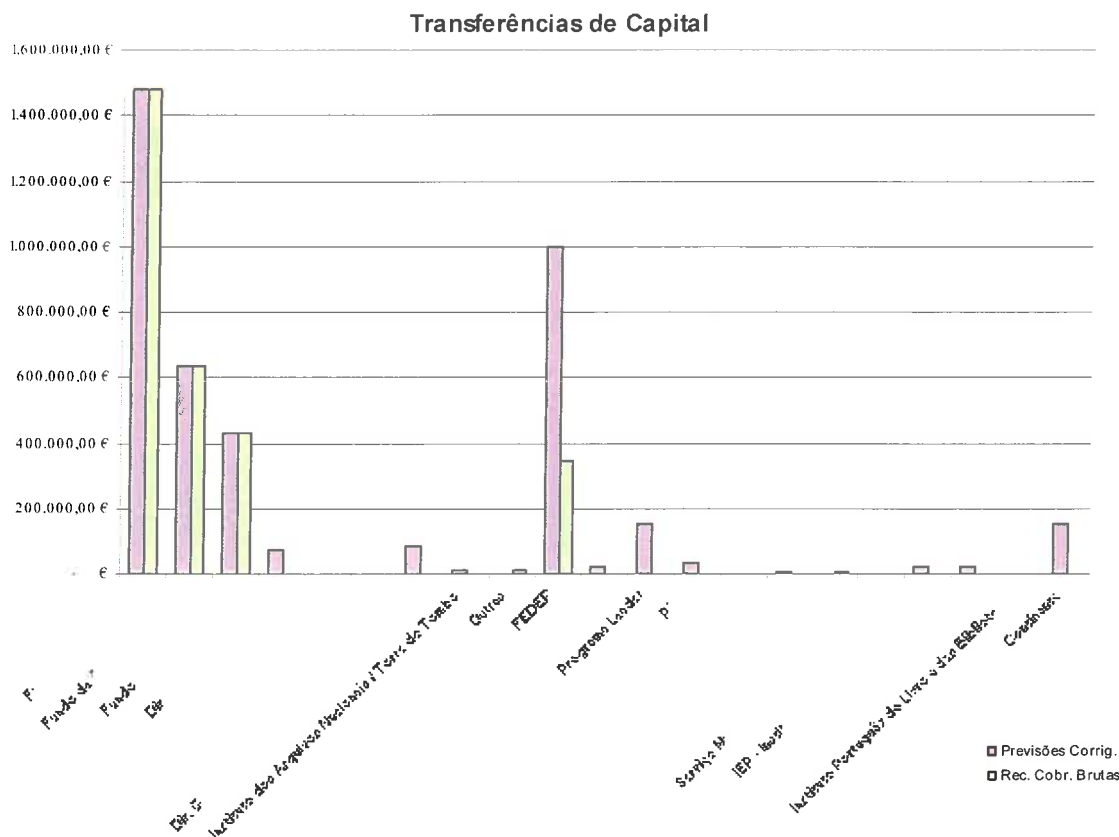
5.3.3 – Receita de Capital do Ano de 2006

A percentagem de realização da receita de capital foi de cerca de 55,66%.

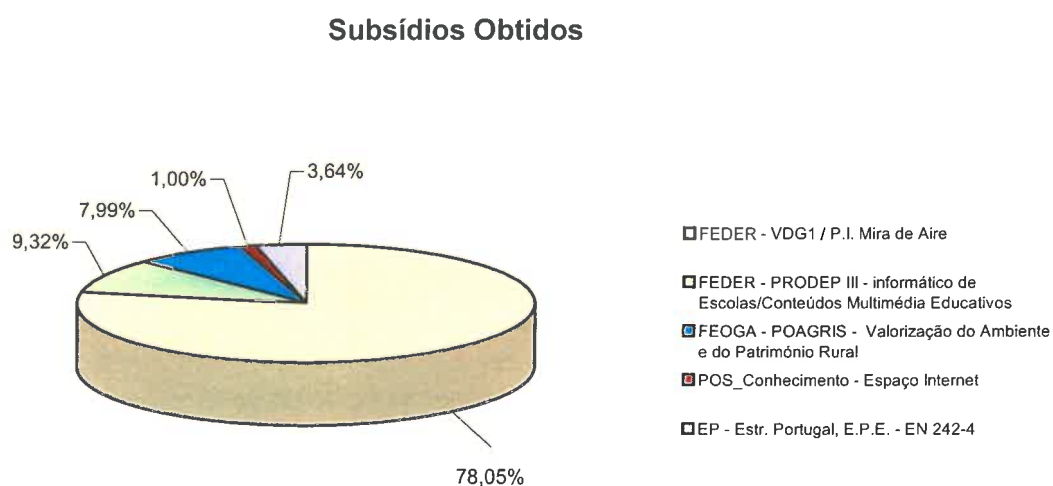
A receita de capital é constituída essencialmente pela venda de bens de investimento, transferências de capital e passivos financeiros. A estrutura da receita de capital está evidenciada nos gráficos que se seguem.

Venda de Bens de Investimento





Das transferências de capital obtidas, uma parte refere-se a subsídios ao Investimento conforme está evidenciado no mapa seguinte:



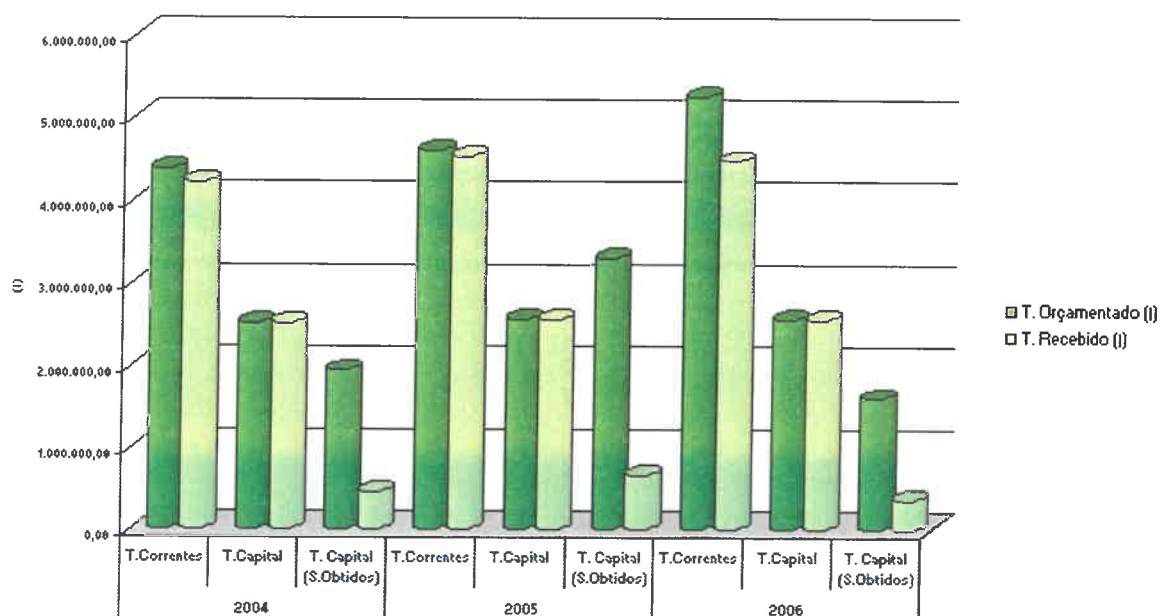
5.3.4 – Evolução da Receita Obtida nos Últimos Três Anos (2004, 2005 e 2006)

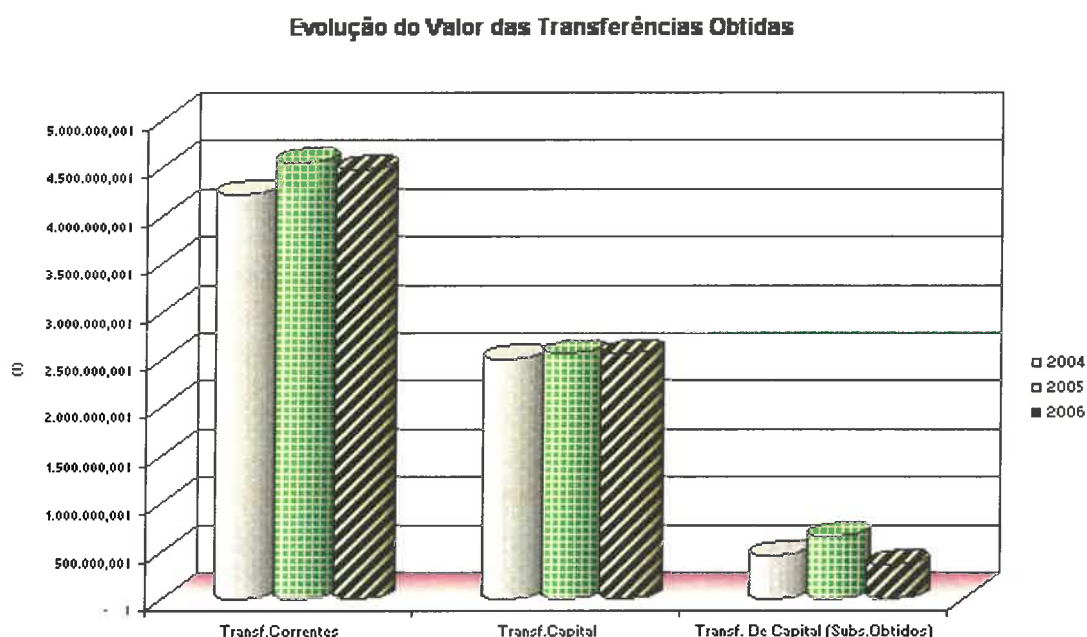
Cap.	DESIGNAÇÃO	Receita Cobrada Bruta (euros)			Taxa Variação de 2006/ 2004 (%)	Taxa Variação de 2006/2005 (%)
		2004	2005	2006		
01	Impostos directos	2.129.753,19	2.256.197,67	2.615.508,90	22,81	15,93
02	Impostos indirectos	166.632,95	265.900,33	225.900,62	35,57	-15,04
04	Txs, mul. e out. penalidades	389.374,29	314.715,22	295.355,79	-24,15	-6,15
05	Rend. da propriedade	1.012.804,64	594.646,70	828.065,46	-18,24	39,25
06	Transferências correntes	4.219.491,87	4.555.062,81	4.486.794,38	6,33	-1,50
07	Venda b. e serv. correntes	2.124.927,20	2.318.135,18	2.226.868,03	4,80	-3,94
08	Outras receitas correntes	62.748,81	8.702,60	13.974,07	-77,73	60,57
09	Venda de b. investimento	127.858,09	1.458,99	56.692,50	-55,66	3.785,74
10	Transferências de capital	2.957.593,85	3.200.739,35	2.914.323,71	-1,46	-8,95
11	Activos financeiros	-	-	-	-	-
12	Passivos financeiros	64.174,84	100.000,00	239.907,00	273,83	139,91
13	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-
15	Repôs. n/ abat.nos pagos	93,85	784,1	1.013,96	980,40	29,32
16	Saldo da gerência anterior	412.817,70	168.030,41	84.369,20	-79,56	-49,79
	TOTAL	13.668.271,28	13.784.373,36	13.988.773,62		

No total das receitas cobradas verifica-se um decréscimo na receita gerada na própria Autarquia.

Do conjunto dos capítulos da receita têm cada vez maior peso as transferências correntes e de capital. As primeiras revelam uma nítida tendência para o crescimento, enquanto que as segundas se mantiveram mais ou menos estáveis ao longo do triénio.

Transferências Obtidas





5.4 - Orçamento de Despesa

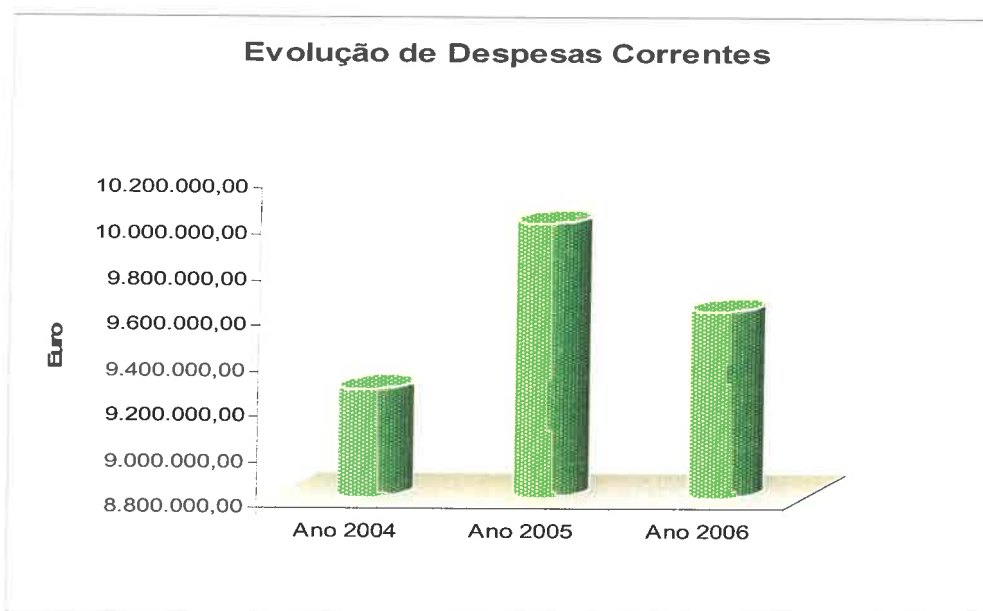
5.4.1 – Evolução da Despesa Corrente

O quadro seguinte mostra a evolução da despesa corrente no triénio de 2004 / 2006. Verifica-se que houve uma inversão clara da linha de tendência que este tipo de despesa vinha registando nos anos precedentes. Houve mesmo uma redução global de 3,82%, face ao total suportado no ano transacto de 2005. Se levarmos em linha de conta o aumento natural do índice de preços verificado, o esforço empreendido na contenção e redução de determinado tipo de despesa desta natureza, aquele valor percentual foi, na verdade, bastante superior ao indicado no quadro abaixo.

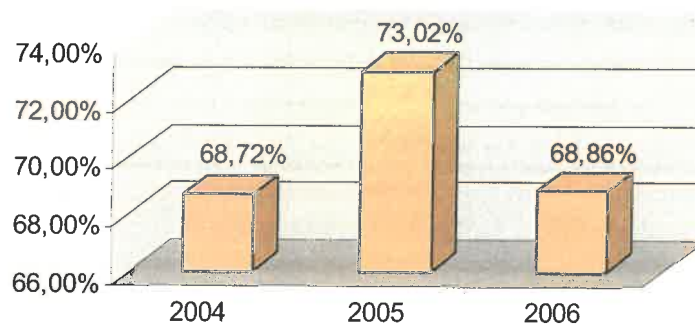
Nas despesas com o pessoal, verificou-se uma redução de 1,08%, não obstante os aumentos verificados nos vencimentos e o acréscimo de custos resultante da contratação, em regime de avença, referente a nove técnicos de natção para responder ao novo modelo de gestão das piscinas municipais que foi implementado em Fevereiro de 2006.

Município de Porto de Mós

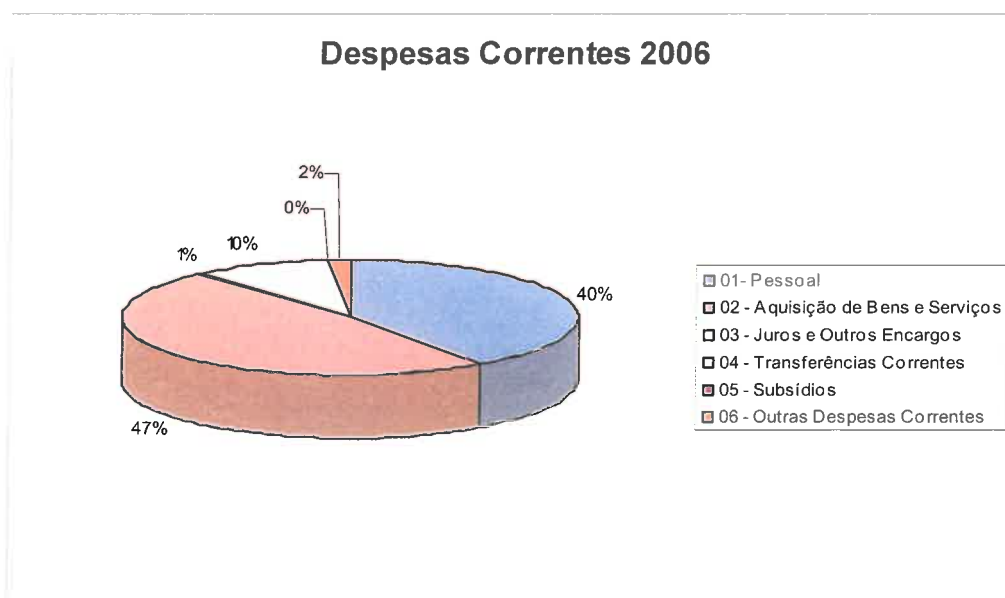
Evolução Despesas Correntes	Ano 2004	Ano 2005	Taxa de Variação 2004/2005	Ano 2006	Taxa de Variação 2005/2006
01 - Pessoal	3.629.991,08	3.905.583,74	7,59%	3.863.324,08	-1,08%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	4.561.033,19	4.556.156,40	-0,11%	4.622.607,71	1,46%
03 - Juros e Outros Encargos	60.446,25	52.799,11	-12,65%	59.442,45	12,58%
04 - Transferências Correntes	927.129,24	1.318.844,05	42,25%	923.589,75	-29,97%
06 - Outras Despesas Correntes	98.254,83	170.050,02	73,07%	152.248,52	-10,47%
Total	9.276.854,59	10.003.433,32	7,83%	9.621.212,51	-3,82%



Peso das Despesas Correntes na Despesa Total



5.4.2 – Estrutura da Despesa Corrente

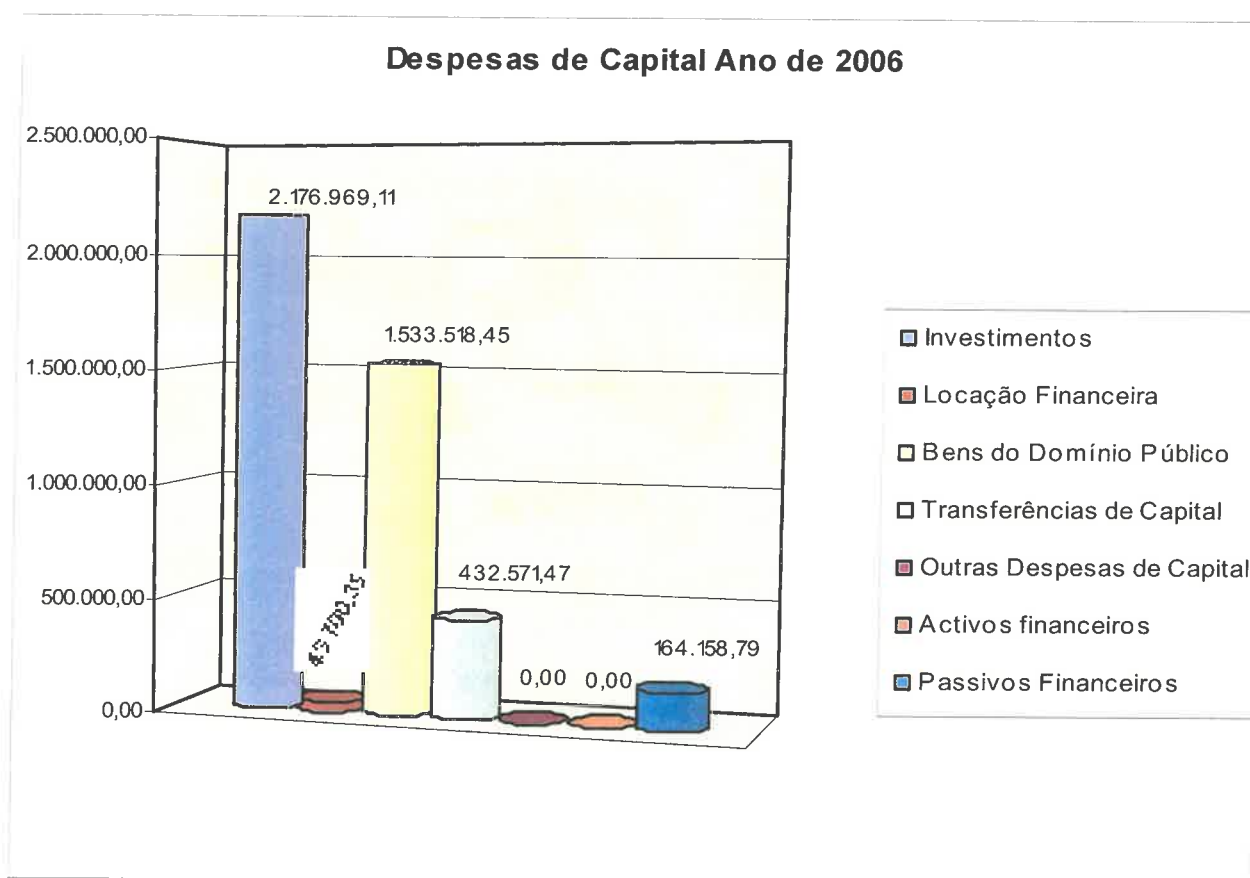


O gráfico anterior evidencia a estrutura da despesa corrente. A despesa com aquisição de bens e serviços e a despesa com o pessoal absorvem 88% do total da despesa corrente.

5.4.3– Rubricas da despesa com maior peso no conjunto da despesa corrente e respectivo comportamento no triénio de 2004 / 2006

Fornecedores	Tipo de Serviço ou Produto	Valor Pago (euros)		
		2004	2005	2006
Suma, Sa	Limpeza Higiene Urbana	625.789,89	441.424,96	615.056,18
EDP, Sa	Electricidade	738.296,35	667.914,84	785.360,52
Valorlis, Sa	Tratamento Resid. Sólidos	126.984,91	169.561,86	219.048,70
Simlis, Sa	Trat. Efluentes Urbanos	126.012,83	107.182,06	328.300,67
Repsol Portuguesa Sa	Fornecimento Combustível	142.338,99	168.482,55	166.042,49
Ass. D. Portomosense	Fornecimento Almoços e Prolongamentos	170.378,40	176.632,41	205.429,83
Rodoviária do Tejo	Transporte de Alunos	152.578,01	172.823,71	190.988,89
Águas do Lena	Fornecimento de Água	116.959,90	98.057,07	86.657,87
EPAL	Fornecimento de Água	211.285,93	320.038,17	189.744,44
C.T.T.	Avença e Enc. Cob. Água	51.030,49	50.658,73	46.525,02
Total		2.461.655,70	2.372.776,36	2.833.154,61

5.4.4 – Estrutura da Despesa de Capital

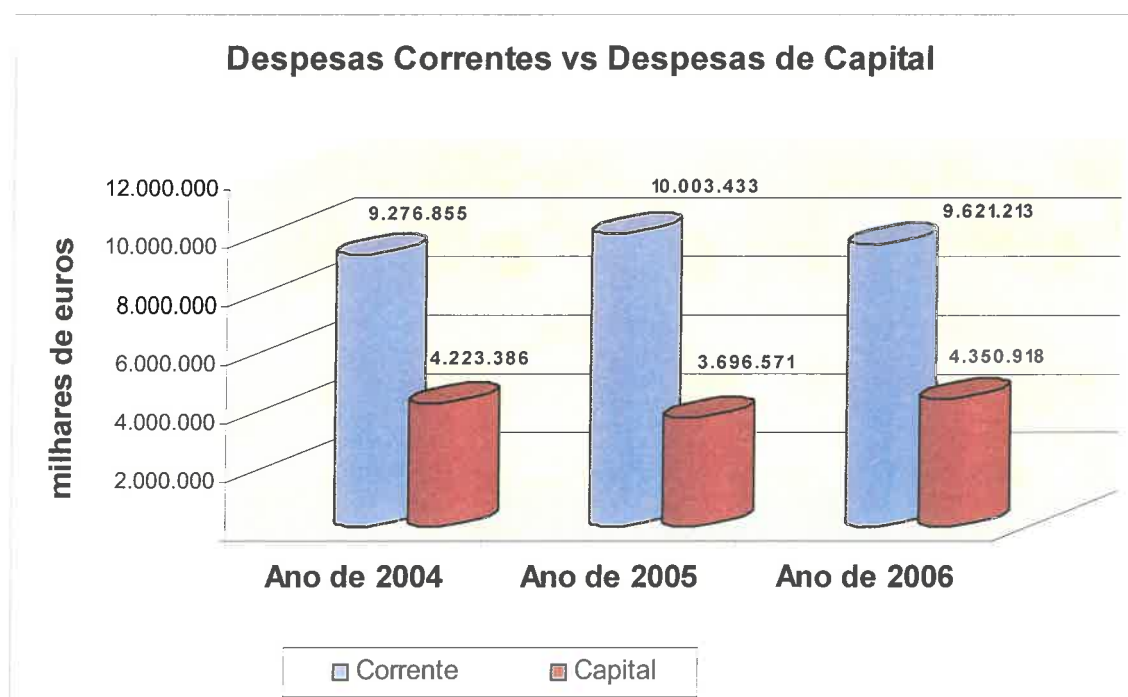


5.4.5 – Evolução da Despesa de Capital nos Últimos Três Anos (2004, 2005 e 2006)

Evolução Despesas capital	Ano 2004	Ano 2005	Taxa de Variação 2004/2005	Ano 2006	Taxa de Variação 2005/2006
07 - Aquisição Bens Capital	3.422.074,57	2.966.872,33	-13,30%	3.754.187,91	26,54%
08 - Transferências de Capital	429.310,91	471.311,21	9,78%	432.571,47	-8,22%
10 - Passivos Financeiros	362.895,45	143.692,00	-60,40%	164.158,79	14,24%
11 - Outras Despesas Capital	9.105,35	114.195,30	1154,16%		-100,00%
Total	4.223.386,28	3.696.570,84	-12,47%	4.350.918,17	17,70%

O quadro que antecede e o gráfico seguinte mostram, respectivamente, a evolução do volume de investimentos realizados (valores pagos) no município em cada um dos exercícios económicos referidos (2004, 2005 e 2006) e a sua relação com a despesa corrente.

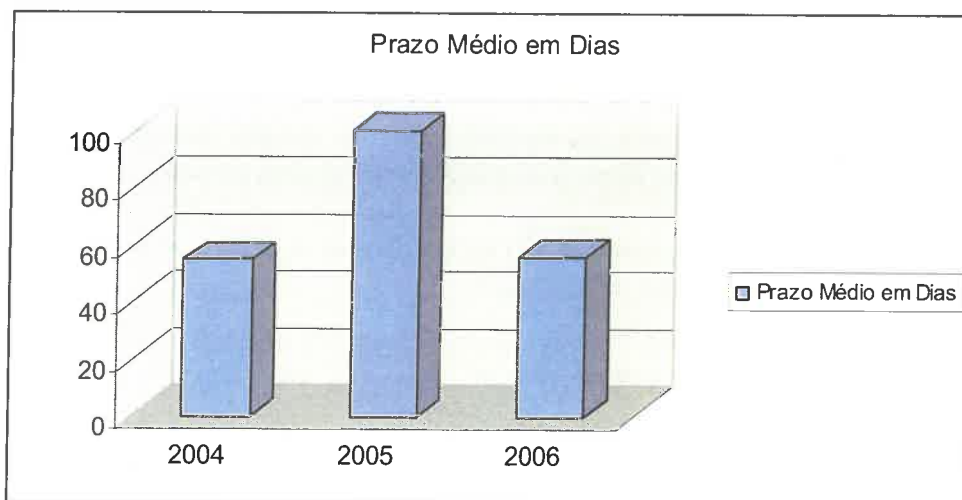
Mostram igualmente a alteração clara operada em 2006, relativamente à aplicação dos recursos financeiros disponíveis, orientando-os prioritariamente para o investimento. Foi possível, assim, inverter a tendência verificada em anos precedentes, passando de uma variação negativa de 12,47% para um crescimento no investimento em 2006 de 17,70%, face ao valor registado em 2005.



6 - PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

Tal como se pode observar pelo quadro e gráfico seguintes, o prazo médio de pagamentos diminuiu substancialmente durante o ano de 2006. Para apuramento destes valores são relevantes apenas os capítulos: “Aquisição de Bens e Serviços” e “Aquisição de Bens de Capital”. Outros fornecedores integrantes de outros capítulos, não são considerados neste critério. Se o fossem o prazo de pagamentos seria relativamente inferior.

Capítulos	2004	2005	2006
Aquis. Bens e Serviços	5.277.022,40 €	6.022.412,45 €	5.819.565,10 €
Aquis. Bens de capital	4.109.497,63 €	4.322.760,91 €	4.061.688,35 €
Total	9.386.520,03 €	10.345.173,36 €	9.881.253,45 €
Dívida a fornecedores	1.403.412,27 €	2.822.144,63 €	1.504.457,83 €
Prazo Médio em dias	55	100	56



7 – EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DE PLANO

7.1 - Grau de Execução das Actividades Mais Relevantes

A execução das actividades mais relevantes representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal, ao nível de acções que não resultam na aquisição de bens de investimento, mas são consideradas, pela sua materialidade e ou pela finalidade das mesmas de relevante interesse público para os munícipes, tendo uma natureza corrente.

O montante previsto para a execução das actividades mais relevantes no exercício de 2006 foi de 4.228.236,93 € e o montante global executado de 3.283.071,65 €, verificando-se um grau de execução de 77,65%. Para o elevado grau de execução destas actividades assume maior relevância as transferências entre administrações e o apoio a diversas entidades, relevando uma responsabilidade elevada da Autarquia em concretizar as expectativas criadas às mesmas.

Destacam-se também os gastos com a Educação, que incluem o apoio social às famílias, através do fornecimento de refeições aos alunos do Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, das actividades de enriquecimento curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, bem como os encargos com os transportes escolares.

7.2 - Grau de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

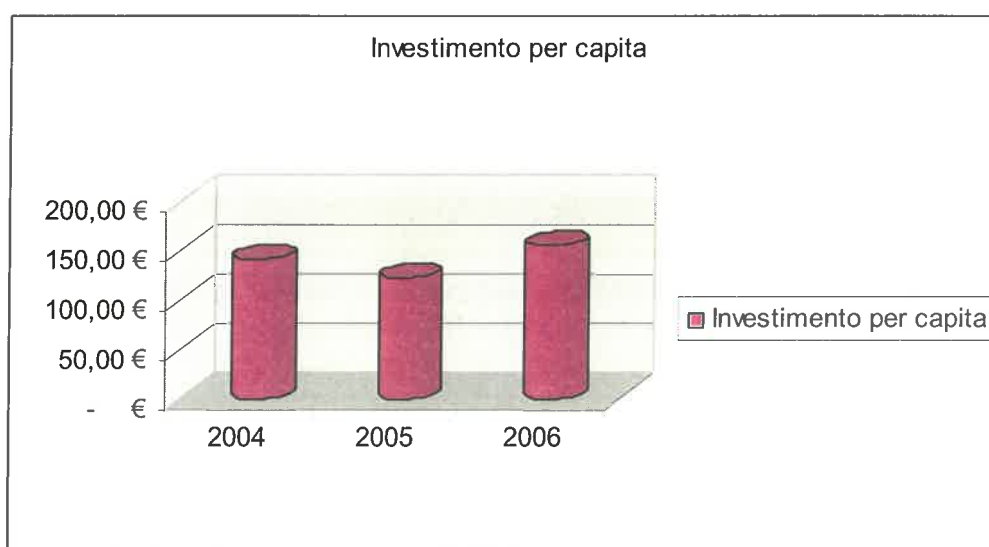
O valor final do Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2006, que espelha o investimento físico realizado pelo Município, foi de 5.568.921,01 € e o valor executado de 3.754.187,91 €, verificando-se um grau de execução de 67,41%.

7.2.1 – Investimento por Habitante – Evolução no triénio em valor absoluto

O montante anual executado e pago do PPI por habitante evoluiu de forma favorável nos últimos três anos. Os valores evidenciados no quadro contemplam apenas os investimentos na aquisição de Bens de Capital (Investimento Directo).

As transferências efectuadas para as Juntas de Freguesia e Inst. sem fins lucrativos, a título de capital, não estão aqui consideradas.

Anos	Montante Executado	Nº de habitantes (censos 2001)	Investimento
2004	3.422.074,57 €	24.271	140,99 €
2005	2.966.872,33 €	24.271	122,24 €
2006	3.754.187,91 €	24.271	154,68 €



OBS: Convém salientar que as taxas de execução apresentadas são na óptica do pagamento. Caso se considerassem também as facturas não pagas, ou mesmo os trabalhos realizados ainda sem medições, que traduzem a execução física das obras, naturalmente que as taxas de execução seriam superiores.

7.3 – Resumo das Grande Opções do Plano

O valor final das Grandes Opções de Plano para o ano 2006 que inclui as alterações e revisões feitas foi de 9.797.157,94 € e o valor executado de 7.037.259,56 €, verificando-se um grau de execução de 71,83%. O quadro seguinte evidencia a execução total das Grandes Opções de Plano para o ano 2006 por objectivos.

PROJECTO	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO FINAL	CABIMENTO	COMPROMISSO	REALIZADO	PAGO
Funções Gerais	1.119.282,00	621.897,00	548.202,55	548.202,55	405.811,15	317.793,40
Administração Geral	175.212,00	477.722,00	410.473,03	410.473,03	268.081,63	180.063,88
Segurança e Ordem Públicas	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	942.070,00	144.175,00	137.729,52	137.729,52	137.729,52	137.729,52
Funções Sociais	7.335.665,00	6.404.075,64	6.057.127,45	6.057.127,45	5.300.308,56	4.453.941,58
Educação Pré Escolar	182.438,00	142.492,00	130.865,19	130.865,19	123.986,72	118.514,78
Ensino Básico	404.807,00	318.413,00	297.741,14	297.741,14	292.687,53	274.824,76
Serviços Auxiliares de Ensino	848.900,00	939.969,00	877.144,97	877.144,97	877.144,97	733.271,05
Ensino Profissional	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	15.500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acção Social	248.000,00	120.500,00	82.154,03	82.154,03	82.004,03	81.074,51
Ordenamento do Território	1.058.832,00	411.195,00	410.241,70	410.241,70	371.128,60	366.009,55
Saneamento	562.292,00	588.254,00	582.755,59	582.755,59	582.755,59	442.268,93
Abastecimento de Água	946.173,00	785.677,64	724.335,19	724.335,19	608.167,54	524.186,06
Resíduos Sólidos	1.210.000,00	1.244.700,00	1.233.356,58	1.233.356,58	1.233.356,58	838.151,25
Protecção Meio Amb. Conser. Natureza	132.000,00	137.069,00	135.438,16	135.438,16	72.087,39	63.371,58
Cultura	494.651,00	434.556,00	424.195,81	424.195,81	423.031,15	412.809,41
Desporto Recreio e Lazer	1.107.002,00	923.907,00	912.871,99	912.871,99	547.831,36	513.332,60
Outras Act.Cívicas e Religiosas	30.500,00	62.000,00	61.500,00	61.500,00	61.500,00	61.500,00
Jardins e Arborizações	84.570,00	294.843,00	184.527,10	184.527,10	24.627,10	24.627,10
Funções Económicas	2.077.707,00	2.193.782,01	2.096.068,91	2.096.068,91	1.811.453,49	1.707.497,10
Indústria e Energia	351.000,00	509.132,00	485.316,40	485.316,40	427.676,40	427.676,40
Transportes e Comunicações	1.709.739,00	1.674.682,01	1.603.285,26	1.603.285,26	1.376.309,84	1.272.353,45
Comércio e Turismo	7.468,00	7.468,00	7.467,25	7.467,25	7.467,25	7.467,25
Mercados e Feiras	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Funções	432.053,00	577.403,29	568.027,48	568.027,48	568.027,48	558.027,48
Transf.Entre Administrações	432.053,00	577.403,29	568.027,48	568.027,48	568.027,48	558.027,48
Total	10.964.707,00	9.797.157,94	9.269.426,39	9.269.426,39	8.085.600,68	7.037.259,56

8 – RECURSOS HUMANOS

Os Recursos Humanos assumem nesta organização um papel importante.

Por um lado, o peso que a despesa com o pessoal representa na despesa total obriga a que a administração autárquica tenha cuidado na sua gestão, procurando não colocar em causa as imposições legais, emanadas da Administração Central, nesta matéria.

Por outro lado, tratando-se de um dos activos mais importantes deve fazer-se uma afectação eficaz e eficiente desse recurso de modo a garantir as condições mínimas para a prestação do serviço público à população.

8.1 – Evolução no Triénio de 2004 / 2006

A evolução do número de efectivos teve uma evolução negativa, em obediência às reais necessidades do Município e às limitações impostas a partir do Governo Central. O esforço empreendido resultou numa diminuição de 24 pessoas, face a 2005, com a consequente racionalização dos respectivos custos.

Tipos De Vinculo	Número de Trabalhadores		
	Ano 2004	Ano 2005	Ano 2006
Pessoal do quadro	205	223	214
Contratados a termo certo	37	36	32
Contratos a tempo parcial	27	30	28
Estagiários Cont.Adm.Provimento	3	5	1
Contratados POC's	15	33	27
Avençados	4	9	10
TOTAL	291	336	312

Obs: Dados a 31 de Dezembro

Nota:

1. - Do número de avençados registados em 2006, nove referem-se à contratação de técnicos de natação devido à necessidade imposta pelo novo modelo de gestão das piscinas municipais, implementado em Fevereiro de 2006, o qual obrigou à referida contratação.
2. - O montante dispendido em 2006 com os novos técnicos, foi de 30.813,50 €. Apesar disso, as despesas com o pessoal contratado em regime de avença, registaram uma descida de 2005 / 69.670.00 € para 2006 / 67.359.00 €.

8.2 – Despesas com o Pessoal, Evolução no Triénio de 2004 / 2006

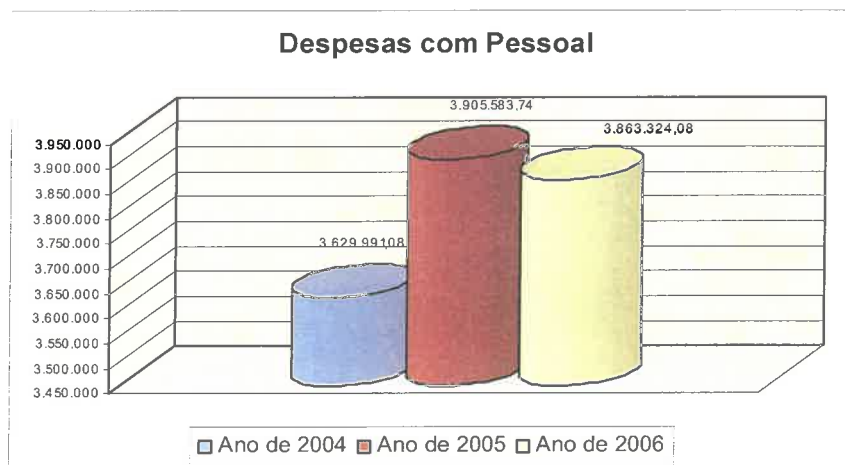
Em 2006 as despesas com pessoal ascenderam a 3.863.324,08 €. Inclui-se neste valor as despesas não só com o total de colaboradores com os diferentes vínculos contratuais, como também os membros dos Órgãos Autárquicos.

Esta despesa resulta do somatório das remunerações certas e permanentes com os abonos variáveis ou eventuais e com os encargos sociais inerentes.

Município de Porto de Mós

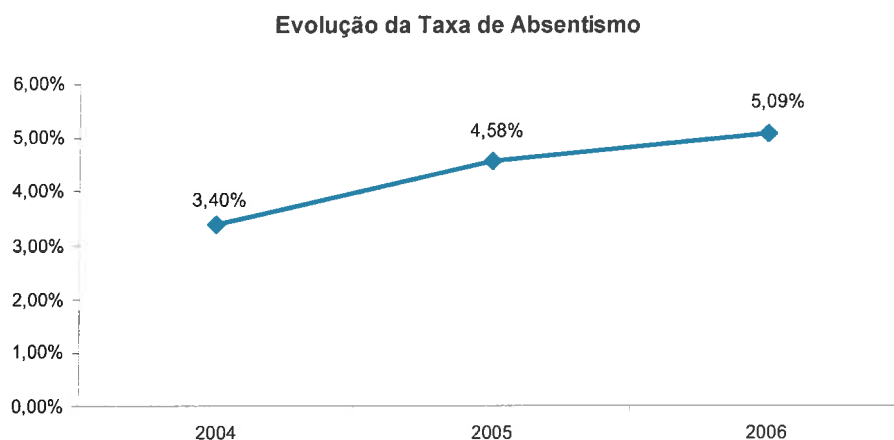
Resumo dos encargos com o pessoal no triénio de 2004 / 2006. Quadro e Gráfico.

Resumo dos Encargos com o Pessoal			
Assembleia Municipal	2004	2005	2006
Despesas com pessoal	12.266,20 €	11.629,64 €	14.434,35 €
Suplementos e prémios	9.777,60 €	11.422,72 €	14.323,78 €
Outros	2.488,60 €	206,92 €	110,57 €
Câmara Municipal			
Despesas com pessoal	3.617.724,88 €	3.893.954,10 €	3.848.889,73 €
Remunerações certas e permanentes	2.958.741,48 €	3.219.129,22 €	3.096.042,78 €
Titulares órgãos soberania e memb. Órgãos autárq.	111.746,64 €	104.649,36 €	116.932,62 €
Pessoal dos quadros – Regime de função pública	1.706.562,08 €	1.772.740,76 €	1.816.475,26 €
Pessoal contratado a termo	275.418,37 €	299.217,37 €	257.033,85 €
Pessoal em regime de tarefa ou avença	41.949,16 €	69.670,58 €	67.358,58 €
Pessoal em qualquer outra situação	129.846,85 €	179.341,13 €	73.007,43 €
- Estágios Profissionais	32.904,00 €	47.159,35 €	20.259,75 €
- Outros	96.942,85 €	132.181,78 €	52.747,68 €
Representação	30.203,23 €	28.429,11 €	30.277,56 €
Subsídio de refeição	240.341,21 €	270.906,37 €	249.997,50 €
- Pessoal dos quadros	2004 – Rubrica s/divisão	186.833,78 €	183.761,02 €
- Pessoal em qualquer outra situação		84.072,59 €	66.236,48 €
Subsídio de férias e de Natal	378.791,14 €	413.187,86 €	401.267,27 €
- Pessoal dos quadros	Neste ano a rubrica não estava subdividida	319.474,11 €	324.137,82 €
- Pessoal em qualquer outra situação		93.713,75 €	58.835,41 €
- Membros dos órgãos autárquicos			18.294,04 €
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	40.556,80 €	78.144,89 €	79.481,54 €
Outras despesas	3.326,00 €	2.841,79 €	4.211,17 €
Abonos variáveis ou eventuais	170.376,71 €	155.355,50 €	108.789,99 €
Horas extraordinárias	143.005,80 €	136.601,40 €	68.507,41 €
Ajudas de custo	10.090,62 €	7.192,47 €	2.553,23 €
Formação	3.960,00 €	5.696,14 €	2.219,77 €
Indemnizações por cessação de funções	0,00 €	757,44 €	22.437,90 €
Outros suplementos e prémios	5.463,04 €	3.680,10 €	4.432,20 €
Outras despesas	7.857,25 €	1.427,95 €	8.639,48 €
Segurança social	488.606,69 €	519.469,38 €	644.056,98 €
Encargos com a saúde	65.730,56 €	52.247,26 €	135.342,04 €
Outros encargos com a saúde	47.097,94 €	52.086,10 €	45.622,11 €
Subsídio familiar a criança e jovens	26.642,12 €	25.119,41 €	28.598,46 €
Outras prestações familiares	6.720,40 €	8.760,00 €	5.335,56 €
Contribuições para a segurança social	308.008,70 €	331.366,14 €	386.407,62 €
- Segurança social dos funcionários públicos	218.811,08 €	228.960,41 €	297.087,14 €
- Segurança social – Regime geral	89.197,62 €	102.405,73 €	89.320,48 €
Seguros	34.406,97 €	49.890,47 €	42.751,17 €
Total das Despesas com o Pessoal	3.629.931,08 €	3.905.583,74 €	3.863.324,08 €



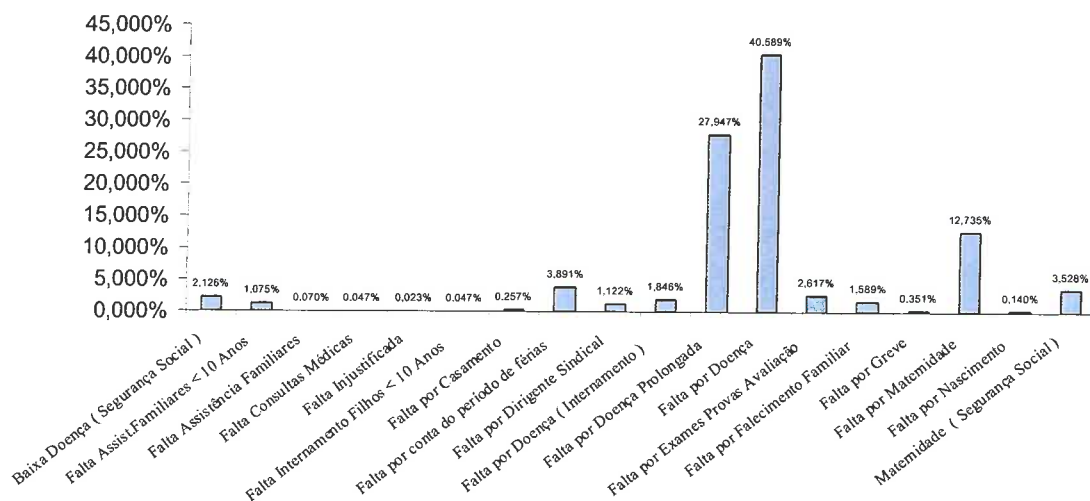
8.3 Absentismo

A taxa de absentismo é uma relação entre os dias de ausência e o total de dias trabalháveis verificando-se que este indicador, em 2006, foi 5,09%. O acréscimo verificado no ano 2006 relativamente ao ano transacto, resultou sobretudo do aumento de faltas por doença prolongada.



Os motivos para a ausência no ano 2006 foram aqueles que constam no gráfico seguinte.

Estrutura dos Motivos de absentismo



Em termos de motivos para o absentismo no ano 2006, a doença e a doença prolongada em conjunto, contribuíram com cerca de 68,5 %, sendo a principal causa para as faltas dos funcionários.

9 – Indicadores Gerais da Actividade

9.1 – Evolução dos Indicadores da Actividade no Triénio de 2004 / 2006

Sobre a evolução das contas do Município nos últimos três anos, apresentamos alguns indicadores da gestão e da actividade.

De uma forma geral os indicadores registados em 2006, não podem deixar de se considerar positivos. A maior parte deles representam mesmo a concretização dos objectivos traçados para este exercício, com especial relevância para aqueles que se referem a domínios da gestão da Autarquia em que foi preciso intervir de forma mais firme e decidida, com vista a corrigir uma trajectória que, de forma alguma, poderia continuar com a tendência verificada em anos anteriores.

Município de Porto de Mós

RÁCIOS	2004	2005	2006
Receita Total	98,19%	99,39%	100,12%
Despesa Total			
Pessoal	35,80%	37,87%	36,13%
Receitas Correntes			
Despesas Correntes	91,80%	96,99%	89,98%
Receitas Correntes			
Despesas de Capital	134,09%	111,92%	135,46%
Receitas de Capital			
Despesa Total	101,85%	100,61%	99,88%
Receita Total			
Empréstimos	10,60%	4,84%	4,37%
Investimento			
Investimento	25,82%	21,79%	26,84%
Receita Total			
Receitas próprias	45,37%	42,31%	44,77%
Receita Total			
Receitas Correntes	76,24%	75,74%	76,44%
Receita Total			
Impostos Directos	16,07%	16,57%	18,70%
Receita Total			
Transferências Correntes	31,83%	33,45%	32,07%
Receita Total			
Transferências Correntes	41,75%	44,17%	41,96%
Receitas Correntes			
Transferências Capital	93,90%	96,90%	90,73%
Receitas Capital			
Despesas Correntes	68,72%	73,02%	68,86%
Despesa Total			
Despesa Capital	31,28%	26,98%	31,14%
Despesa Total			
Despesa Pessoal	26,80%	28,51%	27,65%
Despesa Total			
Aquisição Bens Serviços Correntes	33,78%	33,26%	33,08%
Despesa Total			
Aquisição Bens Serviços Capital	25,35%	21,66%	26,87%
Despesa Total			

10 – Análise da Situação Económica e Financeira**10.1 – Balanço e Demonstração de Resultados**

O Balanço demonstra a situação financeira e patrimonial do Município no final do exercício de 2006, comparando-a com a do ano anterior, e a Demonstração de Resultados destina-se a evidenciar a formação do resultado líquido do exercício, através da análise todos os custos e proveitos incorridos e obtidos ao longo do ano.

Un.: Euros

Balanço	2005	2006
Activo	32.062.859,31	32.873.412,89
Activo Fixo	30.210.594,34	30.900.580,74
• Imobilizado	30.210.594,34	30.900.580,74
Activo Circulante	1.852.264,97	1.939.070,96
• Existências	1.359.210,73	1.496.679,64
• Dívidas de Terceiros	52.611,16	51.078,94
• Disponibilidades	440.443,08	391.312,38
Acréscimos e Diferimentos	0	33.761,19
Fundos Próprios	21.606.908,59	23.598.554,91
• Património	17.236.551,70	17.236.551,70
• Reservas	56.647,50	57.853,02
• Resultados Transitados	4.289.598,97	4.313.214,24
• Resultados Líquidos	24.110,42	1.990.935,95
Passivo	10.455.950,72	9.274.857,98
• Dívidas a Terceiros – médio e longo prazo	2.373.036,89	2.448.785,10
• Dívidas a Terceiros – curto prazo	3.421.784,96	1.966.533,86
Acréscimos e Diferimentos	4.661.128,87	4.859.539,02

O total do Activo Líquido atingiu em 2006 o montante de 32.873.412,89€, traduzindo um acréscimo de 2,53% face ao ano transacto, impulsionado essencialmente pelo aumento do Activo Fixo.

Relativamente ao Passivo, verificou-se uma diminuição em 11,30%, no valor de 1.181.092,74€, justificado na sua maior parte pela redução das Dívidas a Terceiros de Curto Prazo.

O Resultado Líquido de Exercício de 2006 totalizou 1.990.935,95 €, o que representa um aumento no montante de 1.966.825,53 € comparativamente ao ano anterior.

Esta evolução, e conforme se pode constatar pelo quadro seguinte, foi condicionada na sua maioria pelos Resultados Operacionais.

Apesar do impacto negativo dos Resultados Financeiros e Extraordinários, o valor do Resultado Líquido assumiu uma importância relevante, cerca de 11,55% do património do Município.

Município de Porto de Mós

Resumo da Demonstração de Resultados		2005	2006
Resultados Operacionais:	(A)	415.962,88	2.235.770,44
Resultados Financeiros:	(B)	-36.823,70	-49.914,02
Resultados Correntes:	(A)+(B)	379.139,18	2.185.856,42
Resultados Extraordinários:	(C)	-355.028,76	-194.920,47
Resultado Líquido de Exercício:	(A)+(B)+(C)	24.110,42	1.990.935,95

10.2 - Indicadores Económico-Financeiros

Os indicadores de gestão são um instrumento de apoio para sintetizar uma quantidade abundante de dados e comparar o desempenho económico-financeiro de uma edilidade.

De seguida apresenta-se uma breve análise de alguns rácios que evidenciam a posição financeira do Município de Porto de Mós.

Indicadores		Ano 2005	Ano 2006
Rendibilidade Líquida do Activo	<u>Resultado Líquido</u> Activo	0,075%	6,06%
Liquidez Geral	<u>Activo Circulante</u> Passivo a Curto Prazo	54,13%	98,60%
Liquidez Imediata	<u>Disponibilidades</u> Passivo a Curto Prazo	12,87%	19,90%
Índice de Solvência	<u>Dívidas a Terceiros</u> Activo Total	18,07%	13,43%
Índice de Autonomia	<u>Fundos Próprios</u> Activo Total	67,39%	71,79%

A Rendibilidade Líquida do Activo, permite averiguar o grau de eficiência da autarquia na utilização dos recursos patrimoniais, e na relação entre os custos e os proveitos.

O resultado deste rácio indica-nos que no decorrer do exercício de 2006, existiu uma gestão equilibrada dos meios colocados à disposição, com os custos a serem inferiores aos proveitos em cerca de 6% do Activo, o que representa uma melhoria significativa em comparação com o resultado verificado no ano 2005.

A Liquidez Geral permite analisar a capacidade de endividamento para, utilizando as disponibilidades de curto prazo, fazer face aos compromissos assumidos com terceiros a curto prazo. Quanto mais equilibrado estiver este rácio (disponibilidades próximas dos compromissos), maior a capacidade da autarquia para pagar as dívidas de terceiros de curto prazo.

Podemos verificar que no final de 2006, contrariamente ao que se verificou no ano de 2005, o Município com o valor do activo circulante consegue fazer face à quase totalidade das dívidas de terceiros de curto prazo, o que se comprova com um rácio de liquidez geral de aproximadamente 99%.

A Liquidez Imediata mede a existência de dificuldades de Tesouraria no momento. Como podemos verificar pelo valor do rácio, este município a 31 de Dezembro de 2006, tinha capacidade de liquidar, através de disponibilidades de tesouraria, cerca de 19,90% dos seus compromissos a curto prazo, verificando-se portanto, uma melhoria em relação ao ano transacto.

O Índice de Solvência indica a capacidade que o município tem, de com o seu Activo Total, enfrentar o futuro solvendo as responsabilidades assumidas a médio, longo e curto prazos.

O rácio de 13,43% no ano de 2006 evidencia um aumento da capacidade da autarquia para o cumprimento das suas obrigações face a terceiros e portanto uma fraca dependência relativamente aos credores.

O Índice de Autonomia traduz a situação da edilidade no que diz respeito à (in) dependência face a terceiros, isto é, mede até que ponto a actividade da autarquia está a ser financiada por Fundos Próprios.

Quanto maior o seu valor menos dependente está dos seus credores.

10.3 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

10.3.1 - Notas de acordo com o Ponto 8.2 do POCAL.

Ponto 8.2.1 Não se aplica.

Ponto 8.2.2 Não se aplica.

Ponto 8.2.3 Critérios Valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os que se encontram definidos no POCAL.

Assim:

a) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou no caso deste ser desconhecido foram valorizados de acordo com o valor patrimonial atribuído. No que respeita à valorização das estradas municipais, caminhos municipais, vias municipais e alguns parques e jardins, esta resultou da avaliação segundo critérios técnicos adequados à natureza desses bens e efectuados por um técnico pertencente à Câmara Municipal.

Durante o ano de 2006 as imobilizações corpóreas foram avaliadas e registadas ao custo de aquisição.

b) Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição. O método de custeio das saídas de armazém utilizado é o do custo médio ponderado.

c) Amortizações

As amortizações dos activos imobilizáveis foi realizada de acordo com as taxas de amortizações estabelecidas na Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril de 2000 - CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado).

As amortizações do exercício de 2006 correspondem às evidenciadas no mapa das Amortizações e Provisões na coluna reforço e as amortizações

acumuladas correspondem no mapa ao saldo final. O valor das amortizações acumuladas a regularizar derivado dos bens abatidos ao inventário está evidenciado no referido mapa na coluna regularizações.

e) Vendas e Prestações de Serviços

Os valores incluídos na rubrica vendas e prestação de serviços são representados maioritariamente pela facturação de água.

f) Outras Prestações de Serviços

Os valores indicados nesta rubrica resultam essencialmente dos serviços prestados na ligação e restabelecimento à rede de água, no aluguer dos contadores, na execução de ramais, serviços sociais, entre outras.

g) Fornecimento e Serviços Externos

Nesta conta foram registados encargos de instalações, trabalhos especializados, conservação e reparação de bens, seguros, entre outros custos decorrentes da actividade da Câmara Municipal.

Ponto 8.2.4 Não se aplica

Ponto 8.2.5 Não se aplica

Ponto 8.2.6 Não se aplica

Ponto 8.2.7 (ver mapas em anexo – Mapas do “Activo Bruto” e “Amortizações e Provisões”)

Ponto 8.2.8

Os Bens do Activo Imobilizado agrupados por grupos homogéneos, bem como o mapa de Bens Imóveis (terrenos, edifícios e outras construções) e de Viaturas, desagregado elemento a elemento, estão reflectidos nos mapas em anexo.

Subsídios para Financiamento do Imobilizado Corpóreo

Alguns dos bens inventariados foram financiados.

Os subsídios recebidos para financiamento de aquisições de Imobilizações Corpóreas são registados no Balanço, no passivo, como proveitos diferidos na rubrica acréscimos e deferimentos e reconhecidos anualmente como proveitos extraordinários, (conta 7983 – Transferências de Capital evidenciados na Demonstração de Resultados Extraordinários), proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

Notas a algumas contas:

Imobilizado em Curso

Os bens imóveis contabilizados no balanço na conta “imobilizado em curso”, serão transferidos para imobilizado e devidamente inventariados assim que estiverem registados em nome do município, são eles:

- Escola Pré-Primária da Fonte do Oleiro;
- Sala de refeições da Pré-Primária da Mendiga
- Escola da Pré-Primária de Corredoura
- Edifício de apoio à Escola Primária do Juncal;

- Cantina Escolar do Alqueidão da Serra;
- Instalações Sanitárias da Escola Primária de Fonte do Oleiro;
- Escola das Pedreiras;
- Zona Desportiva (Piscinas Municipais);
- Polidesportivo Descoberto do Alqueidão da Serra;
- Polidesportivo de Mira de Aire;
- Reservatório de Fonte de Vais;
- Reservatório R9 da Mendiga;
- Reservatório R80 da Corredoura;
- Reservatório p/ Águas nas Fontainhas;
- Construção da Sala de Apoio na Tremoceira;
- Sala de Apoio em Casais Garridos

Bens Adquiridos em Estado de Uso

O valor dos bens adquiridos em estado de uso no ano de 2006 foi de 425,00 €, referente à aquisição de alguns bens para o museu.

Abates e Transferências de Bens do Activo Imobilizado

Durante o ano 2006 foram feitas transferências de bens do activo imobilizado entre secções/serviços e abates de alguns bens pertencentes ao Município.

Ponto 8.2.9 Não se aplica

Ponto 8.2.10 Não se aplica

Ponto 8.2.11 Não se aplica

Ponto 8.2.12 Imobilizações em Poder de Terceiros

Entidade	Nº Contribuinte	Terrenos	Edifícios	Habitacões	Outros
Vodafone Portugal Comunicações Pessoais Sa	502544180	4.901,22 €			
Optimus Towering - Gestão de Torres e Tel., Sa	505664798	3.743,70 €			
TMN -Telecomunicações Moveis Nacionais	502600268	2.702,16 €			
PECF- Parque Eólico de Chão de Falcão, Lda	505910411	176.785,91 €			
EDP - Distribuição Energia, Sa	504394029				629.153,25 €
Clube Caça e Pesca das Freguesias de Alpedriz e Montes	505076837		300,00 €		
Sousa, Carreira e Vala (Esplanada Jardim)	502086815		3.791,94 €		
Habitacão Social				2.829,49 €	
Boas Sugestões- Restaurante Unipessoal, Lda (Bar Piscina Municipal)	507432568		4.537,50 €		
Total		188.132,99 €	8.629,44 €	2.829,49 €	629.153,25 €

Ponto 8.2.13 Bens de locação financeira

DESIGNAÇÃO DO BEM	ACTIVO BRUTO	ALTERAÇÕES PATRIMONIAIS	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	ACTIVO LIQUIDO
Rover (Viatura Ligeira)	36.560,05 €	194,29 €	18.318,89 €	18.435,45 €
Nissan Pickup	19.637,39 €	143,88 €	7.876,11 €	11.905,16 €
Nissan Cabstar	18.646,19 €	136,60 €	7.478,56 €	11.304,23 €
Nissan Atleon	34.173,84 €	3.808,00 €	14.937,71 €	23.044,13 €
Cilindro	22.372,00 €	133,22 €	11.212,64 €	11.292,58 €
Rectro- escavadora	56.389,10 €	-6.821,72 €	15.486,28 €	34.081,10 €

Nota: Em 31/12/2006 já não existem bens em Locação Financeira.

Ponto 8.2.14 Relação dos Bens do Imobilizado que não foi possível valorizar

Dada a morosidade de todo o processo de Inventário e avaliação de todos os bens pertencentes ao património do Município de Porto de Mós, não foi ainda possível o levantamento das redes de abastecimento de água do Concelho.

Inventariadas estão as redes de água que vão sendo construídas, ampliadas ou remodeladas, os reservatórios e as estações elevatórias.

Por outro lado existem bens imóveis ainda não incluídos no inventário por não estarem devidamente registados, razão pela qual também não figuraram no Balanço. Anexa-se uma lista dos bens nesta situação.

Existem ainda alguns bens que, por serem muitos antigos, não foi possível a sua valorização. A sua valorização com recurso à avaliação técnica mostra-se injustificada, pelo que os mesmos assumiram o valor zero até que sejam objecto de uma grande reparação para, a partir daí, serem valorizados. Anexa-se uma lista contendo os bens nesta situação.

Ponto 8.2.15 (Não se aplica)**Ponto 8.2.16 Investimentos Financeiros**

Em 31 de Dezembro de 2006 as partes de capital em empresas associadas tinham a composição apresentada no quadro abaixo. Os Investimentos Financeiros estão evidenciados no Balanço na Conta 411 – Partes de Capital .

DESIGNAÇÃO	SEDE	PARCELA DETIDA	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO
Mapicentro - S.A.	Ponte das Mestres Barosa 2400 Leiria	46 Acções	(a)	(a)
Simlis - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.	Rua Anzebino da Cruz Saraiva, 318 - 1º G 2400-098 Leiria	16 211 Acções 1,6434%	(a)	(a)
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Aterro Sanitário de Leiria, Quinta do Banco , Parceiros, Apartado 157 2401-971 Leiria	17 320 Acções 4,33%	(a)	(a)
WRC - Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	Largo Dr. Luís Navega, Edifício Comercial, Piso 1, Loja 7 3780-541 Curia	1 500 Acções 1,95%	(a)	(a)
OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio	Zona Industrial Rua de Espanha, lote 8 Apartado 78 2431-90 Marinha Grande	1 Unidade de Participação	(a)	(a)

(a) até à data os dados não foram comunicados pelas empresas

Em 2006 o Município de Porto de Mós manteve a Garantia Bancária, no montante de 50.363,07€, prestada a favor da SIMLIS - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.

Ponto 8.2.17 Não se aplica

Ponto 8.2.18 Não se aplica

Ponto 8.2.19 Não se aplica

Ponto 8.2.20 Não se aplica

Ponto 8.2.21 Não se aplica

Ponto 8.2.22 Dívidas de Terceiros

As dívidas de terceiros correspondem sobretudo a receitas de água não cobradas e virtualizadas.

Não foram constituídas provisões para cobrança duvidosa dado que consideramos que não foram feitos todos os esforços de cobrança, pelo que o risco de incobrabilidade não está ainda devidamente justificado.

Ponto 8.2.23 Não se aplica

Ponto 8.2.24 Não se aplica

Ponto 8.2.25 Não se aplica

Ponto 8.2.26 (Ver mapa em anexo – Mapa “Contas de Ordem”)

Ponto 8.2.27 (Ver mapa anexo – Mapa “Desdobramento das Conta de Provisões Acumuladas”)

Ponto 8.2.28 Não se aplica

Ponto 8.2.29 (Ver mapa em anexo – Mapa “Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas”)

Ponto 8.2.30 Não se aplica

Ponto 8.2.31 Demonstração dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros do exercício de 2006 têm a composição evidenciada no mapa “Demonstração de Resultados Financeiros”.

Ponto 8.2.32 Demonstração dos Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários do exercício de 2006 têm a composição evidenciada no mapa “Demonstração de Resultados Extraordinários”.

I – Análise da Dívida

11.1 – Análise da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo

11.1.1 - Evolução da Dívida de Curto Prazo de Terceiros no Triénio de 2004 / 2006

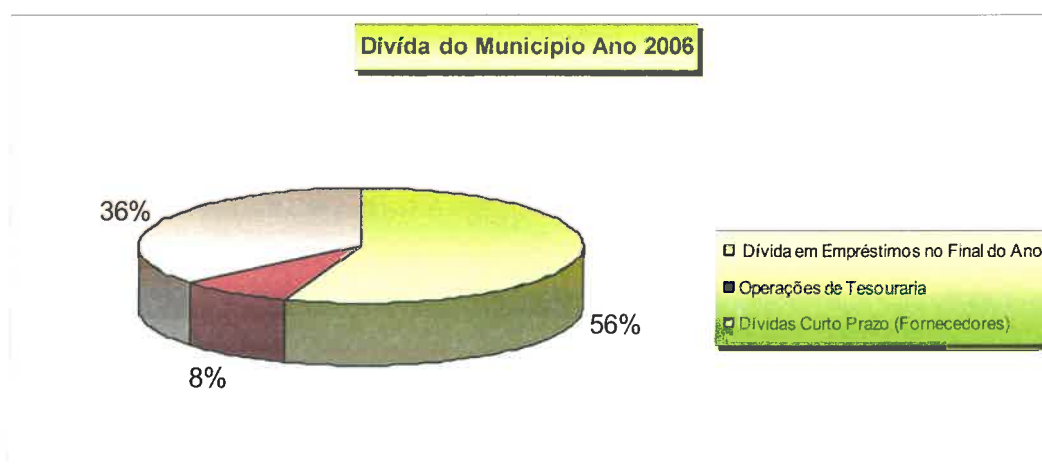
O Município presta serviços à população, nomeadamente o abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, pelo qual cobra um preço, estabelecido pelo Executivo Camarário. O pagamento desses serviços é efectuado com uma periodicidade bimensal. No entanto, alguns “clientes” / Munícipes não cumprem os prazos estabelecidos para o seu pagamento, pelo que o montante da dívida relativa a tais serviços ascendia a 60.000,20 € em 31.12.2006.

O quadro seguinte discrimina essa dívida por tipo de serviço prestado pelo Município.

Receita por Cobrar no final do ano			
Designação	31.12.2004	31.12.2005	31.12.2006
Saneamento	1.958.45 €	1.943.55 €	640.36 €
Outras Taxas	4.967.28 €	4.918.86 €	3.664.83 €
Prod., Acab. e Interm. - Água	37.402.11 €	39.057.83 €	46.605.62 €
Aluguer de Contadores de Água	2.041.79 €	2.887.78 €	3.445.02 €
Saneamento-Prestação de Serviços	552.48 €	523.84 €	395.05 €
Resíduos Sólidos	3.722.35 €	5.009.21 €	5.249.32 €
Total	50.644,46 €	54.341,07 €	60.000,20 €

11.1.2 – Estrutura e Evolução da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo a Terceiros no Triénio de 2004 / 2006

11.1.2.1 – Estrutura da Dívida



11.1.2.2 – Evolução da Dívida no Triénio 2004 / 2006

O quadro seguinte mostra a evolução da dívida global a terceiros (facturada), a qual ascendia em 31.12.2006 a 4.415.318,96 €.

Este quadro revela ainda que a dívida de longo prazo (empréstimos) subiu 3.19%. Não à custa de novos empréstimos, mas porque foi utilizada a parte disponível dos empréstimos contraídos em 2005, no montante de 239.907,00 €.

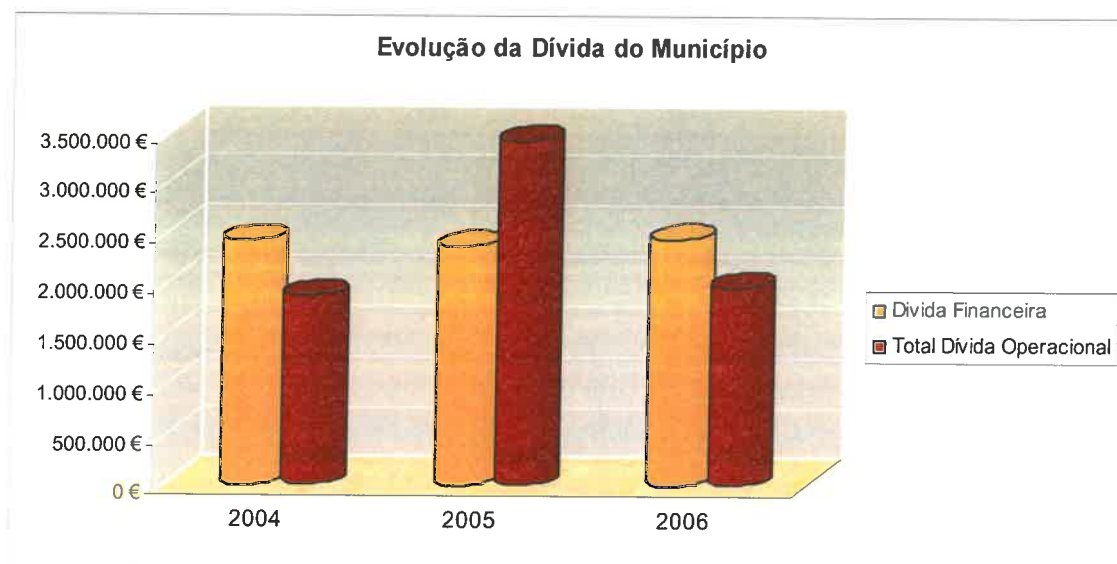
No que se refere à dívida de curto prazo (fornecedores), houve uma redução muito significativa, face ao valor existente em 31.12.2005 (menos 46,97%).

Considerando a totalidade da dívida, verificamos que a mesma foi reduzida em 23,81%, relativamente ao valor de 31.12.2005.

Un.: Euros

	Ano 2004	Ano 2005	Ano 2006
Dívida Financeira			
Dívida em Empréstimos no Final do Ano	2.416.728,89	2.173.036,89	2.448.785,10
Dívida Operacional			
Leasing	89.519,90	30.139,43	
Operações de Tesouraria	343.459,80	355.073,88	374.669,44
Dívidas Curto Prazo (Fornecedores)	1.444.313,74	3.020.571,65	1.591.864,42
Total Dívida Operacional	1.877.293,44	3.421.784,96	1.966.533,86
Total Geral	4.294.022,33	5.794.821,85	4.415.318,96

Nota: Operações de tesouraria incluem as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros e as garantias e caucões prestadas.



12 – LIMITE DO ENDIVIDAMENTO

Conforme o Artigo 33º da Lei nº 60-A/2005, de 30 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2006), os encargos anuais com amortizações e juros dos empréstimos a médio e longo prazos, para o ano 2006 não podem exceder o maior dos seguintes limites:

- Um oitavo dos Fundos de Base Municipal, Geral Municipal e de Coesão Municipal que cabe ao Município (796.654,38 €) ou;
- 10 % das despesas realizadas para investimento pelo Município no ano anterior 296.687,23 €).

O valor de encargos anuais com amortizações e juros pagos no ano de 2006, foi de 222.269,70 €, dos quais 164.158,79 € de amortizações e 58.110,91 € de juros suportados.

Daqui resulta uma capacidade absorvida de 27,90 %.

13 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

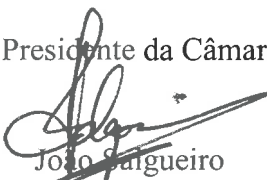
13.1 – Proposta de Aplicação dos Resultados de 2006

Propõe-se que o Resultado Positivo (Líquido) do Exercício do ano 2006, no montante de 1.990.935,95 €, tenha a seguinte aplicação:

- Que 5% desse montante seja transferido para a conta de “Reservas Legais”;
- Que o valor remanescente seja transferido para a conta de “Resultados Transitados”.

Porto de Mós, 2 de Abril de 2007

O Presidente da Câmara,



João Salgueiro

14 - MAPAS ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2006

- Activo Bruto
- Amortizações e Provisões
- Activo Imobilizado – Bens Móveis agrupados por Grupos Homogéneos
- Bens Imóveis (terrenos, edifícios e outras construções) e Viaturas desagregados elemento a elemento
- Lista de Bens Abatidos ao Inventário
- Lista dos Bens não incluídos no Inventário por não estarem devidamente registados
- Relação de Bens Sem Valor
- Contas de Ordem
- Desdobramento das contas de Provisões Acumuladas
- Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
- Demonstração de Resultados Financeiros
- Demonstração de Resultados Extraordinários